



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

**EDUCAÇÃO DO DEFICIENTE VISUAL – OS DESAFIOS DA
FORMAÇÃO DO PEDAGOGO**

JÉSSICA MORRONE DE OLIVEIRA PAES

BRASÍLIA - 2013



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

**EDUCAÇÃO DO DEFICIENTE VISUAL – OS DESAFIOS DA
FORMAÇÃO DO PEDAGOGO**

JÉSSICA MORRONE DE OLIVEIRA PAES

BRASÍLIA - 2013

JÉSSICA MORRONE DE OLIVEIRA PAES

EDUCAÇÃO DO DEFICIENTE VISUAL – OS DESAFIOS DA FORMAÇÃO DO PEDAGOGO

Trabalho Final de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia, à Comissão Examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, sob a orientação da professora Dra. Teresa Cristina Siqueira Cerqueira.

Comissão Examinadora:

Profa. Dra. Teresa Cristina Siqueira Cerqueira (Orientadora)

Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Profa. Dra. Carmenísia Jacobina Aires

Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Profa. Dra. Sandra Ferraz de Castillo Dourado Freire

Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Brasília-DF, Fevereiro de 2013

JÉSSICA MORRONE DE OLIVEIRA PAES

**EDUCAÇÃO DO DEFICIENTE VISUAL – OS DESAFIOS DA
FORMAÇÃO DO PEDAGOGO**

Trabalho Final de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia, à Comissão Examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, sob a orientação da professora Dra. Teresa Cristina Siqueira Cerqueira.

Comissão Examinadora:

Profa. Dra. Teresa Cristina Siqueira Cerqueira (Orientadora)
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Profa. Dra. Carmenísia Jacobina Aires
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Profa. Dra. Sandra Ferraz de Castillo Dourado Freire
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Brasília-DF, Fevereiro de 2013

À minha família e amigas que ao longo dessa caminhada sempre estiveram ao meu lado, obrigada pela paciência e compreensão.

AGRADECIMENTOS

Eu gostaria de agradecer ao meu pai, Pedro Paulo, que durante esses quatro longos anos, com horários nada funcionais, sempre esteve disposto a me levar e buscar todos os dias para a Faculdade de Educação. Agradeço por todas as conversas que tivemos ao longo de todos os dias durante essa jornada nada fácil com aulas de manhã, à tarde e à noite. E que apesar de todos os seus compromissos sempre estava disponível para mim quando eu o chamava e que se não fosse por ele, com certeza as coisas seriam muito mais difíceis.

Agradeço a minha mãe, Jane Aparecida, por toda a paciência nos momentos de estresse causado pelos milhares de tarefas, provas, seminários, trabalhos que eu precisava fazer. E sempre com muito carinho, quando esquecia algum trabalho ou alguma coisa da aula, ela levava para mim. Muito obrigada.

Eu tenho que agradecer muito também às minhas amigas Luciana Melo, Priscila Dantas e Elen Saraiva que durante esses quatro anos foram a minha força para permanecer e aguentar até o final. Uma sempre apoiando a outro, auxiliando nos trabalhos e mesmo quando ocorria algum desentendimento, a amizade sempre prevalecia e prevaleceu até o fim. Foram anos complicados, muito atarefados e corridos, mas uma nunca deixou de apoiar e a ajudar a outra. Obrigada por tudo, meninas.

Às professoras Teresa Cristina Siqueira Cerqueira (Minha orientadora) e Denise Alves, eu agradeço por aturar as minhas perturbações, meus telefonemas, minhas mensagens, meus diversos e-mails e mesmo assim sempre estavam dispostas a me ajudar. Agradeço do fundo do meu coração pelo carinho e atenção.

Um agradecimento especial aos meus avôs Malvina e Lourenço por toda amabilidade durante esses anos.

Muito obrigada a todos vocês que fizeram a diferença na minha vida.

PAES, Jéssica Morrone de Oliveira. *Educação do Deficiente Visual – Os Desafios da Formação do Pedagogo*. Brasília-DF, Universidade de Brasília / Faculdade de Educação (Trabalho de Conclusão de Curso), 2013.

RESUMO

O presente trabalho propõe identificar a formação dos alunos do curso de Pedagogia e se as aprendizagens que o curso oferece são direcionadas para a educação especial inclusiva. Por meio da aplicação de um questionário semiaberto, adotou-se a abordagem qualitativa, sendo que todos os vinte e cinco participantes da pesquisa são alunos do curso de Pedagogia. As respostas foram analisadas e discutidas com as ideias de diversos autores. Aborda ainda questões a respeito da acessibilidade e atendimento ao deficiente visual. A questão principal do trabalho é identificar a formação dos estudantes de Pedagogia em relação à educação de alunos deficientes visuais. Por meio das análises concluiu-se que os estudantes do curso de Pedagogia não estão preparados para lidar com educandos deficientes visuais e não possuem direcionamento acadêmico para essa educação especializada.

Palavras-chaves: Acessibilidade, Deficiência Visual, Educação Superior, Formação Professores.

PAES, Jessica Oliveira Morrone. Education of the Visually Impaired - The Challenges of Training Educator. Brasília-DF, University of Brasilia / Faculty of Education (End of Course Work), 2013.

ABSTRACT

This study proposes to identify the training of students of pedagogy and the learning that the course offers are targeted for special education inclusive. Through the application of a semi-open questionnaire, we adopted a qualitative approach, and all the twenty-five research participants are students of the Faculty of Education. The responses were analyzed and discussed with the ideas of several authors. Also addresses issues regarding accessibility and service to the visually impaired. The main question of the study is to identify the training of students of pedagogy in relation to the education of visually impaired students. Through the analysis it was concluded that students of the Faculty of Education are not prepared to deal with visually impaired learners and have no direction for that academic education specialist.

Keywords: Accessibility, Visual Impairment, Higher Education, Teacher Training.

“Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina”.

(Cora Coralina)

INTRODUÇÃO

O trabalho propõe como objetivo geral identificar se a formação dos estudantes do curso de Pedagogia contempla aprendizagens direcionadas para a educação de alunos com deficiência visual. E especificamente, verificar se o estudante de Pedagogia se sente preparado para receber um educando deficiente visual em sua sala de aula.

A questão que motivou o desenvolvimento do trabalho foi à experiência vivenciada em um estágio onde se trabalhava com crianças deficientes visuais na sala regular, sala de recursos e na sala especial. Na sala regular, observando as tentativas e práticas frustradas da professora regente em conseguir auxiliar o único aluno DV na sala de aula no desenvolvimento das atividades, percebi a necessidade de uma formação específica.

Percebendo os desafios da prática pedagógica por meio da experiência descrita anteriormente, foi observada a necessidade de uma formação especializada para que futuros educadores tenham a possibilidade de desenvolver habilidades para trabalhar com alunos deficientes visuais.

Com isso, a pesquisa pretende contextualizar os leitores sobre as práticas educacionais voltadas para os estudantes com deficiência visual e se a formação desenvolvida durante a graduação permite aos futuros professores saber como receber esse aluno.

A intenção não é negar a complexidade de atuar com grupos de alunos que nos colocam o desafio de ensinar na diversidade, nem banalizar as especificidades que acompanham algumas condições da deficiência, o intuito é potencializar os saberes-fazer, de modo que a presença de alunos com deficiência não gere uma ação paralisadora.

Os estudantes que participaram da pesquisa possuem de dezoito a trinta anos e a maioria está cursando o seu último semestre na Faculdade. A escolha por alunos formandos é pelo fato de estarem ingressando no mercado de trabalho e pesquisar quais são suas percepções a respeito da formação do professor na educação especial.

A metodologia possui abordagem quantitativa, pois os dados representam um público específico, além da aplicação de questionário estruturado que proporciona respostas objetivas,

os resultados dos dados são descritos de forma narrativa e o ambiente natural é fonte de coleta de dados e não houve interação direta entre entrevistador e entrevistado.

Optou-se por criar um questionário semiaberto composto por oito perguntas, sendo duas delas abertas para comentários dos participantes e por meio das análises das respostas, o estudo oferece contribuições a médio e longo prazo. A escolha desse instrumento de pesquisa foi pela falta de disponibilidade de interagir com os participantes pessoalmente, com isso, o questionário foi aplicado por meio de ambiente eletrônico através do site Survey Monkey. As perguntas as resposta desse trabalho foram obtidas com êxito, atingindo resultados satisfatórios.

O campo de pesquisa foi a Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, incluindo o Laboratório de Apoio ao Deficiente Visual. A análise dos resultados foi feito por meio de cinco perguntas diretas, sendo duas abertas que possibilitavam que o participante descrevesse a sua opinião. Os resultados alcançados confirmam a ausência de uma formação específica na atuação com deficientes visuais.

O estudo é composto por duas partes teóricas: Capítulo I: Aspectos Históricos e Legais acerca da Acessibilidade e Atendimento ao Deficiente Visual e Capítulo II - Educação Inclusiva: Da Educação do Deficiente Visual a Formação de Professores.

O conteúdo desse trabalho analisa se a formação do educador na educação especial fornece suporte para que o este tenha condições de proporcionar ao aluno com deficiência visual pleno desenvolvimento dentro das suas limitações; sabendo como agir e contanto com a participação de todos os membros do ambiente universitário.

INDICE DE SIGLAS

FE – FACULDADE DE EDUCAÇÃO

UNB – UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

LDV – LABORATÓRIO DE APOIO AO DEFICIENTE VISUAL

DV/DVS – DEFICIENTE VISUAL/DEFICIENTES VISUAIS

GLOSSÁRIO

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT NBR 9050:2004) traz conceitos relevantes sobre acessibilidade que devem ser levados em consideração nas ações de implantação de sistemas educacionais inclusivos. Como os seguintes:

Acessibilidade: Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos.

Acessível: O termo acessível implica tanto acessibilidade física como de comunicação.

Adaptável: Espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento cujas características possam ser alteradas para que se torne acessível.

Adaptado: Espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento cujas características originais foram alteradas posteriormente para serem acessíveis.

Adequado: Espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento cujas características foram originalmente planejadas para serem acessíveis.

Barreira Arquitetônica, Urbanística ou Ambiental: Qualquer elemento natural, instalado ou edificado que impeça a aproximação, transferência ou circulação no espaço, mobiliário ou equipamento urbano.

Calçada: Parte da via, normalmente segregada e em nível diferente, não destinada à circulação de veículos, reservada ao trânsito de pedestres e, quando possível, à implantação de mobiliário, sinalização, vegetação e outros fins - Código de Trânsito Brasileiro.

Calçada rebaixada: Rampa construída ou implantada na calçada ou passeio, destinada a promover a concordância de nível entre estes e o leito carroçável.

Deficiência: Redução, limitação ou inexistência das condições de percepção das características do ambiente ou de mobilidade e de utilização de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos, em caráter temporário ou permanente.

Espaço Acessível: Espaço que pode ser percebido e utilizado em sua totalidade por todas as pessoas, inclusive aquelas com mobilidade reduzida.

Pessoa com mobilidade reduzida: Aquela que, temporária ou permanentemente, tem limitada sua capacidade de relacionar-se com o meio e de utilizá-lo. Entende-se por pessoa com mobilidade reduzida, a pessoa com deficiência, idosa, obesa, gestante entre outros.

Piso cromo-diferenciado: Piso caracterizado pela utilização de cor contrastante em relação às áreas adjacentes e destinado a constituir guia de balizamento ou complemento de informação visual ou tátil, perceptível por pessoas com deficiência visual.

Piso tátil: Piso caracterizado pela diferenciação de textura em relação ao piso adjacente, destinado a constituir alerta ou linha guia, perceptível por pessoas com deficiência visual.

Rampa: Inclinação da superfície de piso, longitudinal ao sentido de caminamento. Consideram-se rampas aquelas com declividade igual ou superior a 5%.

Rota Acessível: Trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, que conecta os ambientes externos ou internos de espaços e edificações, e que possa ser utilizado de forma autônoma e segura por todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência. A rota acessível externa pode incorporar estacionamentos, calçadas rebaixadas, faixas de travessia de pedestres, rampas, etc. A rota acessível interna pode incorporar corredores, pisos, rampas, escadas, elevadores etc.

Tecnologia Assistiva: Conjunto de técnicas, aparelhos, instrumentos, produtos e procedimentos que visam auxiliar a mobilidade, percepção e utilização do meio ambiente e dos elementos por pessoas com deficiência.

Uso Público: Espaços, salas ou elementos externos ou internos que são disponibilizados para o público em geral. O uso público pode ocorrer em edificações ou equipamentos de propriedade pública ou privada.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	18
<i>Parte I - MEMORIAL: DA ESCURIDÃO À LUZ</i>	21
<i>Parte II - MONOGRAFIA: EDUCAÇÃO DO DEFICIENTE VISUAL – OS DESAFIOS DA FORMAÇÃO DO PEDAGOGO</i>	27
CAPÍTULO I – ASPECTOS HISTÓRICOS E LEGAIS ACERCA DA ACESSIBILIDADE E ATENDIMENTO AO DEFICIENTE VISUAL	28
1.1.Acessibilidade – Conceitos e Histórico.....	28
1.2.Acessibilidade – Base Legal.....	31
1.3.Acessibilidade – Os desafios do atendimento na Faculdade de Educação.....	36
CAPÍTULO II – EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DA EDUCAÇÃO DO DEFICIENTE VISUAL A FORMAÇÃO DE PROFESSORES	41
2.1. Aspectos Históricos da Educação Especial: Da Segregação a Inclusão.....	41
2.2. A Deficiência Visual.....	44
2.3. Ensino para Estudantes com Deficiência Visual.....	46
2.4. O Deficiente Visual na Educação Superior.....	53
2.5. Recursos Didáticos.....	55
2.6. Recursos Ópticos.....	58
2.7. Recursos Técnicos.....	59
2.8. Recursos Complementares.....	60
2.9. A Formação de Professores.....	64
CAPÍTULO III – METODOLOGIA	67
3.1. Método.....	67
3.2. Procedimentos de seleção dos participantes.....	68
3.3. Procedimentos de contato com os participantes.....	68
3.4. Procedimentos de coleta de dados.....	69
3.5. Procedimento de organização, tratamento e análise de dados.....	69
CAPÍTULO IV – ANÁLISE DE RESULTADOS	70
4.1. Contexto da pesquisa.....	70
4.2. Análise de Resultados.....	71
CAPÍTULO V – CONSIDERAÇÕES FINAIS	93

REFERENCIAS.....	98
ANEXO – Planta da Faculdade de Educação.....	104
APÊNDICE - Questionário.....	105
<i>Parte III - PERSPECTIVAS DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL: EM BUSCA DO MEU SONHO.....</i>	109

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho corresponde ao resultado final de conclusão do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

O tema apresentado é sobre a formação dos estudantes do curso de Pedagogia em relação à educação de alunos com deficiência visual, analisando se o estudante de Pedagogia se sente preparado para receber um deficiente visual em sua sala de aula. Além de definir questões a respeito da acessibilidade e atendimento ao deficiente visual.

Foi realizada uma pesquisa com 25 (vinte e cinco) colaboradores, todos cursando Pedagogia, porém com enfoque nos alunos que estão concluindo a graduação.

Este trabalho é estruturado em três partes: Memorial, Monografia e Perspectivas Profissionais. Na primeira, apresento a minha trajetória educacional, traçado através do meu Memorial “Da Escuridão à Luz”, contada de forma sucinta desde os meus 3 (três) anos de idade até a conclusão da graduação.

A segunda parte é composta pela Monografia que se divide em duas partes teóricas: Capítulo I: Trata dos aspectos históricos e legais acerca da acessibilidade e atendimento ao deficiente visual, onde é subdividido em três tópicos: o primeiro é sobre a acessibilidade contendo conceitos e o histórico, o segundo tópico aborda as bases legais e o terceiro e último tópico é sobre os desafios do atendimento à educandos deficientes visuais na Faculdade de Educação.

O Capítulo II - Educação Inclusiva: Da Educação do Deficiente Visual à Formação de Professores é subdividido em nove tópicos que abordam os assuntos que definem a própria deficiência visual, a educação superior e o deficiente visual e a formação de professores. O capítulo também apresenta recursos que auxiliam o processo de ensino e aprendizagem do educando deficiente visual como recursos didáticos, ópticos, técnicos e complementares para promover o atendimento a este estudante.

Além disso, a monografia possui um terceiro capítulo com a Metodologia adotada que se refere ao método utilizado seguida por um quarto capítulo referente a análise de dados colhidos, expondo os significados dos resultados e a sua relevância para essa pesquisa.

O quinto e último capítulo da Monografia trata das considerações finais da pesquisa monográfica.

A terceira e última parte é onde eu apresento as minhas Perspectivas Profissionais, possibilidades, e sonhos na carreira docente.

Ao perceber as dificuldades enfrentadas por educandos deficientes visuais de estabelecimentos públicos e de outras pessoas que visitam a faculdade, eu evidenciei a necessidade de confrontar e criar alternativas para suprimir as adversidades e obstáculos para fazer uso das instalações da FE.

A ideia sobre o tema partiu de uma experiência pessoal em que quase perdi a visão e passei a pensar em como seria minha vida se isso realmente tivesse acontecido, comecei a me importar com a vida dessas pessoas e o que eu poderia fazer a respeito disso.

PARTE I
MEMORIAL

DA ESCURIDÃO À LUZ

MEMORIAL DA ESCURIDÃO À LUZ

Meu nome é Jéssica Morrone de Oliveira Paes, eu nasci no dia 10 de maio de 1991 em Brasília. Meu pai é o Pedro Paulo e minha mãe é a Jane Aparecida e tenho uma irmã chamada Luíza. Além dos meus avós, Malvina e Lourenço, que também sempre estiveram presentes na minha vida escolar.

Minha vida escolar começou aos três anos de idade. Embora minha família tenha princípios católicos, minha primeira escola era de base batista. Minha mãe permitiu minha participação em todos os encontros de outra religião. Porém, não tenho muitas recordações dessa época.

Com relação ao meu percurso escolar, no jardim III, minha professora achava que eu possuía alguma dificuldade de compreender os conteúdos. Após uma conversa com a minha mãe, eu consultei um oftalmologista e foi descoberto que o meu problema era minha visão, eu não enxergava e por isso não conseguia compreender os conteúdos passados na escola. Com a utilização dos óculos foi como se eu tivesse renascido, como se um novo mundo tivesse sido apresentado para mim.

De 1995 a 1997, frequentei o Jardim de Infância da 102 sul. Tenho ótimas recordações da escola e um dos momentos que mais me agradava era a hora do lanche e o horário do recreio. Durante o intervalo a direção deixava tocando as músicas do momento e tínhamos o hábito de ficar dançando nos corredores em frente às salas. Nesse momento todas as séries interagiam e todos dançavam juntos.

Minha primeira série foi realizada na Escola Classe da 102 sul, em 1998. Esse mesmo ano foi marcado pelo início das greves dos professores em Brasília. Em um mesmo ano tive três professoras diferentes que saíam e entravam por diversos motivos. Minha educação foi prejudicada e no ano seguinte mudaria de escola. Na escola, todos os dias nós cantávamos o Hino nacional e nos organizávamos em filas de acordo com cada série e cada turma, em dias específicos tínhamos a hora cívica.

No Colégio Santa Rosa, eu iniciei minha segunda série e onde permaneci até minha oitava série. Era um colégio com princípios católicos, voltado para a construção social e religiosa do aluno. Além das aulas convencionais, nós possuíamos aulas de Ensino Religioso, celebrações católicas, missas, confissões. Da segunda até a quarta série os alunos se reuniam em filas no pátio de acordo com cada turma.

Cansada do uso dos óculos e até por finalidades estéticas, resolvi voltar ao consultório do oftalmologista e pedi uma solicitação de lentes de contatos. Realizei testes e exames e o uso das lentes de contato foi liberado para que eu pudesse usá-las.

O meu Ensino Médio cursei no Colégio Marista de Brasília. Também colégio com fundamentos católicos, porém coordenado por padres. Fazia parte do currículo aulas de conteúdo religioso, mas abordava todas as religiões e nós não éramos obrigados a frequentar nenhum ritual católico. Durante o final de todos os anos, eu realizei o Programa de Avaliação Seriada (PAS), processo seletivo para entrar na Universidade de Brasília.

Todos recebem recomendações sobre o uso das lentes de contato, como não dormir com elas, pingar colírio, etc. Porém eu achava que não teria problema, e que nada aconteceria comigo. Eu tinha o hábito de usar as lentes por vários dias consecutivos e esquecia-me de tirá-las ou por preguiça ou pelo simples esquecimento mesmo. Diariamente, me maquiava usando rímel e lápis de olho. Sem a retirada das lentes e o uso da maquiagem, pequenos fragmentos foram grudando nas lentes e esses mesmo foram machucando os meus olhos internamente sem que eu percebesse.

Com o passar dos dias, comecei a sentir os olhos mais irritados, não só pelo clima seco de Brasília, mas parecia que havia algo errado. Tive o descuido de chegar a dormir uma semana com as lentes de contatos sem sequer retirá-las por um dia.

Até que um dia os meus olhos não aguentaram. Passei a lacrimejar frequentemente e sem nenhum motivo aparente, fora os momentos de irritação. Um dia, no colégio Marista, era sábado de manhã e eu realizando uma das provas integradas. Meus olhos começaram a lacrimejar sem parar, doer muito e mal conseguia manter os olhos abertos. Consegui terminar a minha prova e imediatamente liguei para a minha mãe me buscar e me levar para a o hospital. Assim que ela chegou e eu fui até o carro, a luz do sol parecia ter me cegado, já não conseguia manter os olhos abertos e permanecia com dor.

Ao chegar ao consultório e finalmente conseguir ser atendida, o médico me examina, realiza alguns exames e me dá a notícia que por pouco não perco a visão, me mostra até a lente cheia de resíduos da maquiagem e literalmente abre os meus olhos, que, por mais que aquela sujeira fosse pequena, estava destruindo a minha visão de pouco em pouco.

Durante uma ou duas semanas tive que usar um medicamento aplicado no olho direito e um tampão por cima, enquanto isso aplicava outro medicamento no olho esquerdo. Como o meu olho esquerdo sempre foi o mais comprometido, minha visão ficou péssima e por um tempo mal conseguia identificar algumas imagens. E ainda corria o risco de nunca mais poder usar as lentes.

Mais ou menos um ano depois do ocorrido, eu voltei a fazer exames e tive que realizar uma cauterização a laser no olho direito para fechar definitivamente o machucado feito pelas lentes.

Para minha formação no nível superior, meu objetivo sempre foi fazer o curso de Design de Moda e em Brasília a melhor faculdade era o IESB - Instituto de Ensino Superior de Brasília. Porém no início do ano após me formar no Ensino Médio, recebi a notícia que havia passado para o curso de Pedagogia na Universidade de Brasília. Meu primeiro semestre foi o pior de todos, eu me sentia frustrada por não ter realizado o curso que era minha primeira opção.

O meu primeiro trabalho foi na loja Merceria logo quando entrei na UnB, no ano de 2009. Estava empolgada com a primeira experiência profissional, adquirindo o próprio dinheiro, independência. Entretanto, não trabalhei na loja por muito tempo porque era um ambiente muito competitivo e desgastante.

Enquanto isso, na faculdade, como eu comecei a trabalhar logo no início do semestre, tranquei algumas disciplinas que havia solicitado para ter horário disponível para o trabalho. Com isso, houve um pequeno atraso no meu fluxo. Embora tenha trabalhado por um curto período na loja, foi fundamental para a minha percepção da importância de se ter um emprego, as dificuldades e sacrifícios do dia-a-dia da vida adulta.

Após sair do trabalho da loja Merceria, permaneci o resto do primeiro semestre e o segundo semestre sem trabalhar. Em janeiro de 2010, conheci um rapaz, também estudante da

UnB, que trabalha com bares temáticos e eventos promocionais. Eu não tinha a mínima ideia do que era trabalhar com isso. Certo dia, esse rapaz estava fazendo um evento para uma empresa e uma das meninas que deveria trabalhar com ele faltou. Ele me ligou e fui trabalhar no lugar da menina. Em outro evento, aconteceu a mesma coisa e esse rapaz voltou a me ligar para substituir a colega dele. Os clientes começaram a se interessar pelo meu perfil, me chamando para trabalhar em outros eventos. Enviei meu currículo com nome, medidas, telefones para contato e o que mais fosse solicitados pelas agências.

A partir dessa experiência com eventos, comecei a me interessar por gestão de eventos. Como ainda não havia me identificado com o curso de pedagogia, planejava trancar a faculdade ou eu tentaria vincular os dois cursos. Trabalhei em congressos, feiras, exposições, eventos automobilísticos, shows, peças de teatro, desfiles, concursos de beleza, ensaios fotográficos, tive vários tipos de experiência, mas nenhuma vinculada ao meu curso ou à educação. Permaneci nessa área por 2 anos, encerrando minhas atividades em março de 2012.

No quinto semestre da faculdade, o meu interesse pelo ensino especial começou a ficar mais aguçado. Mas somente no sexto semestre, quando cursei a primeira fase do projeto 4, que é a nossa inserção no ambiente escolar e à prática pedagógica, sendo o momento onde o interesse foi desencadeado de vez.

Minha primeira e apaixonante experiência com crianças com deficiência visual iniciou a partir do ano de 2011 quando estagiei na Escola Classe da 410 Sul, considerada uma escola inclusiva. Geralmente, as crianças deficientes visuais da escola passaram anterior pelo Centro de Ensino Especial para Deficientes Visuais – CEEDV, no qual eram “preparados” para entrarem no ensino regular.

O objetivo do meu estágio, segundo a minha professora orientadora na época, era que eu soubesse trabalhar com crianças deficientes visuais dentro da sala regular desenvolvendo atividades com alunos já “incluídos”. Mas eu me sentia sem vida, não aprendia nada de diferente, sem inovação. Até que fui conhecer a sala de recursos e a sala especial só para deficientes visuais. Foi simplesmente encantador.

Desde que passei a frequentar as salas de recursos e as salas de apoio, não queria ir mais para a sala regular. Nessas salas, além de prestarem assistências aos educandos, proporcionavam diversas outras atividades que de fato trabalhavam o desenvolvimento

daquela criança. Auxiliava as crianças nas tarefas de casa, tirava dúvidas, realizava atividades lúdicas, tarefas escolares como ditados, etc. Eu estava até conseguindo aprender um pouco do Braille só pelo contato com as atividades realizadas na sala de aula. A professora que ministrava as aulas na sala regular e a professora que ficava na sala de recursos eram distintas.

Além disso, nessas salas especiais para deficientes visuais, muitos deles ainda iriam para a inclusão, passavam por um processo sem tempo determinado para que pudessem frequentar as turmas regulares. Os alunos eram preparados desde aprender a comer sozinhos, andar pela escola sem auxílio, até aprender a ler o Braille e realizar contas matemáticas.

O meu interesse entrou em conflito com o interesse da minha professora. Queria conhecer o processo de preparação daqueles educandos e não apenas ministrar a aula com o processo já finalizado. Gostaria de conhecer aquele sujeito, como ele se desenvolvia, qual era sua compreensão do mundo e da vida. Em várias reuniões que tive com minha orientadora de estágio, nossos pontos de vista não se encaixavam. No final, realizei o estágio da minha forma. Após o término, no qual permaneci até novembro de 2011, não tive mais contato direto com crianças com deficiência visual.

Em janeiro de 2012, passei no processo seletivo para estagiar no Tribunal de Contas da União no Instituto Serzedello Corrêa – ISC. Comecei a atuar com educação corporativa, permitindo que eu tivesse o acesso às várias ações educacionais, mas nenhuma voltada para o ensino especial ou educação inclusiva.

Até que no dia 02 de agosto de 2012 foi oferecido um treinamento aos funcionários do tribunal sobre noções gerais acerca de acessibilidade e deficiência porque nos dias 12 e 13 de setembro seria realizado o Seminário de Controle das Políticas Públicas de Acessibilidade. Treinamento excelente que nos ensina como nos dirigir sem causar constrangimento ou desconforto as pessoas independentes da sua deficiência.

Chega o mês de setembro e participo do seminário. O TCU providenciou material adaptado tanto para pessoas completamente cegas quanto para aquelas que possuíam baixa visão e precisavam de material ampliado. Para os deficientes auditivos, disponibilizaram intérpretes e transmissão de imagem com legenda. O foco do seminário era reunir representantes de órgãos públicos e da sociedade civil para discutir as políticas públicas de acessibilidade no Brasil, a função dos órgãos controladores para garantir a implementação,

exame da atual situação do país e os objetivos que desejam ser alcançados. A minha participação nesse seminário foi “a” cereja em cima do bolo para que eu reafirmasse o meu desejo pelo trabalho dentro da educação inclusiva.

O interesse pelos questionamentos sobre acessibilidade foi desencadeado por meio desse evento que participei, me motivando a investigar quais são as dificuldades que impedem os deficientes visuais de exercerem os seus direitos.

Hoje em dia eu ainda uso as lentes de contato, porém parece que meus olhos cansam mais rápido do uso delas e tenho a sensação de ter que retirá-las e colocar os óculos. Não durmo nem um dia com as lentes após o ocorrido. A sensação de não poder ver, a culpa de estar tirando de mim mesma um presente recebido por Deus, me fez pensar duas vezes sobre o que eu estava causando para mim mesma.

Foi o trauma causado pela temporária perda da visão que me levou a escrever e estudar tudo sobre os educandos com deficiência visual, e que, por mais que eu enxergue tudo novamente, eu sinto que, por um momento, ocorreu a possibilidade de me tornar uma pessoa que teria que readaptar toda a minha vida por causa de um descuido meu. Com os trabalhos e as pesquisas realizadas, passei a me colocar no lugar do outro, a pensar em possibilidades de como a vida daquele indivíduo poderia ser melhorada, os problemas e preconceitos enfrentados e como solucioná-los, as superações, o desenvolvimento, tudo voltado para a deficiência visual.

O título “Da Escuridão à Luz” foi escolhido porque, no decorrer de toda essa trajetória, percebia que não enxergava a vida como deveria, a experiência de trabalhar com crianças deficientes visuais, o aprofundamento nos estudos relacionados ao tema só fizeram com que me apaixonasse e acreditasse cada vez mais no que escrevia. É uma referência à abertura de um novo olhar de mundo e de vida que só obtive por meio do estudo da educação dos deficientes visuais.

PARTE II
MONOGRAFIA

EDUCAÇÃO DO DEFICIENTE VISUAL – OS DESAFIOS DA
FORMAÇÃO DO PEDAGOGO

CAPÍTULO I

ASPECTOS HISTÓRICOS E LEGAIS ACERCA DA ACESSIBILIDADE E ATENDIMENTO AO DEFICIENTE VISUAL

O presente capítulo é subdividido em três tópicos: o primeiro trata da acessibilidade contendo o conceito e o histórico, o segundo tópico é referente às bases legais e o terceiro tópico aborda os desafios do atendimento de educandos deficientes visuais na Faculdade de Educação.

1.1. Acessibilidade – Conceitos e Histórico

Antes de iniciarmos, faz-se necessário em primeiro lugar contextualizar os conceitos e o histórico sobre esta temática.

O termo “acessibilidade” é um termo novo e que vem sendo utilizado há pouco tempo, acompanhando o movimento de educação inclusiva nas escolas e instituições de educação superior no Brasil. O surgimento do conceito apareceu no final da década de 40 para definir a condição de acesso das pessoas com deficiência e com o aparecimento de serviços de reabilitação física e profissional.

Acessibilidade é a condição de utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora (termo em desuso, porém consta no Decreto) de deficiência ou mobilidade reduzida. O Decreto é a respeito de normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. (Decreto nº 5.2696 de 2004)

O tema acessibilidade há pouco tempo passou a fazer parte das discussões a respeito das políticas públicas voltadas para a pessoa com deficiência. Antes da Constituição Federal de 1988, a matéria havia sido tratada apenas na Emenda Constitucional nº 12, de 17 de outubro 1978, e, ainda assim, o texto dizia respeito tão somente ao acesso aos edifícios e

logradouros. Com a promulgação da Constituição de 1988, houve a inserção efetiva do assunto no marco legal federal brasileiro, ainda que de forma muito tímida. O tema é citado na Carta Magna em seu artigo 5º, que garante o direito de ir e vir, e estabelece que: “XV - *é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens*”. E no artigo 227, que define que: “§ 2º - *A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência*”. Em 2000, por fim, o tema foi regulamentado pelas Leis Federais nº 10.048 e 10.098, que proporcionam uma visão mais ampla sobre a matéria (Costa, Maior e Lima; 2005).

A primeira lei elaborada pelo Poder Legislativo trata de atendimento prioritário e de acessibilidade nos meios de transportes, e inova ao introduzir penalidades ao seu descumprimento. A última, escrita pelo Poder Executivo, subdivide o objeto em acessibilidade ao meio físico, aos meios de transporte, na comunicação e informação e em ajudas técnicas. Recentemente, tais leis foram regulamentadas pelo Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004 (Costa, Maior e Lima; 2005).

A existência deste arcabouço legal, afora toda a legislação estadual e municipal que disciplina o assunto, deve-se, principalmente, a luta do movimento de pessoas com deficiência. A sociedade civil esteve continuamente mobilizada em prol da garantia de seus direitos e sempre entendeu que a acessibilidade é um dos meios para se alcançar a inclusão social (Costa, Maior e Lima; 2005).

Uma instituição de ensino superior inclusiva pode ser definida como aquela que possui avaliação das necessidades especiais, adaptação dos procedimentos e materiais didáticos, utiliza tecnologia assistiva, atendimento individualizado e diferenciado para atender a todos os tipos de educandos.

A acessibilidade aparece quando em conjunto com os professores, a direção e a coordenação entendem o processo de inclusão e estão preparados para receber o educando com deficiência visual ou outro tipo de deficiência.

Sasaki (2011) relata que por volta dos anos 60, algumas universidades brasileiras começaram um processo de eliminação das barreiras arquitetônicas que correspondiam às

aéreas externas, estacionamentos, salas de aula, laboratórios, bibliotecas, lanchonetes, entre outros

Surge, na década de 70, o primeiro centro de vida independente do mundo, na Cidade de Berkeley, EUA, aumentando a preocupação e os debates sobre as eliminações das barreiras arquitetônicas.

A década de 80, de acordo com Sasaki (2011) é marcada pela pressão do “Ano Internacional das Pessoas Deficientes” (1981) e com isso pessoas com deficiência e suas famílias desenvolveram campanhas em âmbito mundial para chamar atenção da população em relação às barreiras arquitetônicas e exigindo não apenas a eliminação destas, mas a eliminação dessas barreiras em projetos futuros arquitetônicos.

Por volta da década de 90 começa a ficar mais claro o que a acessibilidade deve seguir no paradigma do desenho universal, onde inclui todos os ambientes, meios de transporte e os utensílios projetados para todos e não apenas para pessoas com deficiência.

A acessibilidade não está somente ligada aos aspectos físicos como barreiras ambientais físicas, nas residências, nos edifícios, nos espaços urbanos, nos equipamentos urbanos, nos meios de transporte individual ou coletivo, existem outros tipos de acessibilidade (Sasaki, 2011).

Acesso nas comunicações é um exemplo importante nesse contexto. Havendo barreira na comunicação interpessoal (face-a-face, línguas de sinais), escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila, inclusive textos em Braille e o uso do computador portátil), virtual (acesso digital) o estudante terá seu processo de aprendizagem dificultado. Portanto, as IES devem atentar, para isso, considerando o amplo espectro de acessibilidade como condição para a participação e aprendizagem de todos os estudantes.

Sasaki (2011) ainda ressalta a acessibilidade instrumental que consiste em não ter barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo (escolar), de trabalho (profissional), de lazer e recreação (comunitária, turística, esportiva, etc.).

Quando se fala de acessibilidade tecnológica não é outra forma de acessibilidade e sim o aspecto tecnológico que permeia as acessibilidades acima, com exceção da atitudinal (Sasaki, 2011).

1.2. Acessibilidade – Base Legal

Para efeito da lei, deficiência visual é: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menos que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menos que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer condições anteriores (Decreto nº 5.2696, de 2004).

No capítulo III do Decreto estão dispostas as condições de gerais da acessibilidade. Para fins desse dispositivo legal, considera-se acessibilidade, condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação para as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Devemos também estar atentos às sinalizações e orientações em Braille e a utilização de piso tátil para facilitar o acesso do deficiente visual em todos os ambientes.

A descrição acima indica condições básicas para que um deficiente visual tenha condições de frequentar qualquer ambiente. Como está descrito no glossário, acessibilidade é a condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos.

Barreira é definida como qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade das pessoas se comunicarem ou terem acesso a informação. Além disso, as barreiras podem ser classificadas como barreiras urbanísticas que são as existentes nas vias públicas e nos espaços públicos; barreiras nas edificações que são as existentes no entorno e interior das edificações de uso público e coletivo e no entorno e nas áreas internas de uso comum nas edificações de uso privado multifamiliar, as barreiras que existem nos serviços de transporte (ABNT NBR 9050:2004).

Destaca-se a importância do acesso ao material adaptado, com textos táteis impressos em Braille, softwares leitores de tela, sintetizadores de voz, entre outros recursos disponíveis no mercado. Se o deficiente visual não tem o acesso à informação, há barreiras nos

recebimentos de mensagens e ele não tem comunicação acessível. E o mesmo aplica-se à educação, educando que não tem acesso ao ensino, não aprende.

Com todos os recursos de acessibilidade existentes é possível favorecer a comunicação, participação e aprendizagem de pessoas com deficiência no ensino superior. E a falta desses recursos pode causar um prejuízo incalculável no processo de participação e aprendizagem desse educando, que passa a se sentir desestimulado, aumentando as chances de desistência.

A ideia é a autonomia da pessoa, e não a necessidade de ter que solicitar ajudar a alguém porque o ambiente não está em condições favoráveis. Somos capazes de construir uma Faculdade onde deficientes visuais tenham a possibilidade de transitar livremente sem o auxílio de uma pessoa vidente.

É um direito do indivíduo com deficiência visual ter acesso à Educação Especial e recusar, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar, sem justa causa, a inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, por motivos derivados da deficiência que porta é crime punível com reclusão de um a quatro anos e multa.

Em 2008, tramitava na Câmara o Projeto de Lei 1365/07 no qual o deputado Leo Coimbra obrigaria as escolas públicas de níveis fundamental e médio de cidades com mais de 20 mil habitantes que devem manter pelo menos uma sala de aula equipada com recursos multifuncionais para atender educandos com deficiência visual. Está incluso calculadores sonoras, impressoras em Braille e computadores com registro de voz. As salas multifuncionais são salas equipadas com materiais didático-pedagógicos voltados especificamente aos educandos com necessidade educacional especial (Junior, 2008).

Nessa perspectiva é fundamental definirmos o que seria uma “universidade inclusiva”. Para tanto nos valem do que está expresso na Declaração de Salamanca/1994, que, embora defina “escola inclusiva” pode ser tomada como referência para o ensino superior. De acordo com a referida Declaração em seu sétimo princípio, escola inclusiva é aquele onde as crianças devem aprender juntas, sempre que possível independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter.

Essas escolas e faculdades devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos por meio de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com a comunidade.

O currículo, de qualquer nível escolar, deve estar adaptado às necessidades dos educandos e não o contrário. Pessoas com qualquer tipo de deficiência precisam de apoio adicional. O mesmo se aplica às formas avaliativas, essas devem contemplar uma diversificação de alternativas e não somente testes e provas, para que todos os estudantes, com e sem deficiência sejam respeitados

Quando nos referimos às crianças aprenderem juntas, é um exemplo que deve prosseguir em todos os níveis, etapas e modalidades escolares, chegando até o ensino superior. A convivência e a socialização com as outras pessoas com deficiências ou não, são fundamentais para proporcionar segurança ao educando e sendo assim, promover um ambiente propício a aprendizagem.

Se o deficiente visual não possui uma educação com todos os requisitos recomendados, com acesso ao ensino para sua própria qualificação, dificilmente chegará ao ensino superior. Deve dispor de todos os recursos fornecidos nos níveis anteriores de ensino para dar continuidade nos estudos.

As condições de acessibilidade e educação inclusiva não são as mesmas em todos os países. Mas independentemente da localidade, toda escola inclusiva deve receber qualquer suporte extra requerido para assegurar uma educação efetiva (Declaração de Salamanca, 1994).

O princípio 14 (Declaração de Salamanca, 1994) afirma que a legislação deveria reconhecer o princípio de igualdade de oportunidade para crianças, jovens e adultos com deficiência na educação primária, secundária e terciária, sempre que possível em ambientes integrados.

Partindo da ideia do princípio citado acima, se a pessoa com deficiência visual tiver acesso igual em todos os níveis da sua educação, chegar ao ensino superior seria apenas cumprir mais uma fase do seu processo de ensino.

Porém crianças e jovens com deficiência são marginalizados e esquecidos quando se trata de educação básica e superior. Deveriam ser criadas providências que assegurassem o acesso a essas etapas, além de programas de treinamento e capacitação profissional.

A Declaração de Salamanca (1994) ressalta a importância das políticas educacionais levarem em total consideração as diferenças e situações individuais. Devido às necessidades particulares de comunicação tanto de deficientes visuais como de deficientes auditivos.

Apropriação de tecnologia adaptada, acessível e viável é uma forma de aprimorar o sucesso curricular, auxiliando na comunicação, mobilidade e aprendizagem (Declaração de Salamanca, 1994).

Não basta somente o educando entrar no ensino superior com todos os recursos e materiais disponíveis ao seu alcance, é preciso capacitar também os educadores para que estejam preparados para trabalhar com esse educando e que saibam ministrar os recursos existentes.

A Declaração de Salamanca lembra a importância dos serviços de apoio. A faculdade deve contar com o apoio do professor-consultor, psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, etc.

O artigo 208 inciso III da Constituição Federal assegura o atendimento educacional especializado aos portadores (termo em desuso, porém consta na Constituição) de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. É importante que tenhamos clareza sobre essa orientação que se refere ao “atendimento educacional especializado” e não a “escolarização”, ou seja: o “preferencialmente” se refere ao AEE, que deve acontecer no contraturno e não à escolarização, essa é obrigatória na rede regular de ensino para todos os alunos.

Por meio do Decreto nº 3.298/99 regulamenta a lei nº 7.853/89 dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolidando normas de proteção e outras providências.

Segundo o Art. 3º é considerada pessoa com deficiência aquela que possui toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano. Deficiência permanente é “aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um

período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos” e incapacidade é definida como alguém que tem

uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida (Decreto nº 3.298/99)

De acordo com o artigo 4º é considerada pessoa com deficiência visual:

III - deficiência visual - cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores; (Redação dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004)

Em relação ao acesso à educação, o artigo 24 do Decreto nº 3.298/99, afirma que:

os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal direta e indireta responsáveis pela educação dispensarão tratamento prioritário e adequado aos assuntos objeto deste Decreto, viabilizando, sem prejuízo de outras, as seguintes medidas:

I - a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoa portadora de deficiência capazes de se integrar na rede regular de ensino;

II - a inclusão, no sistema educacional, da educação especial como modalidade de educação escolar que permeia transversalmente todos os níveis e as modalidades de ensino;

III - a inserção, no sistema educacional, das escolas ou instituições especializadas públicas e privadas;

IV - a oferta, obrigatória e gratuita, da educação especial em estabelecimentos públicos de ensino;

V - o oferecimento obrigatório dos serviços de educação especial ao educando portador de deficiência em unidades hospitalares e congêneres nas quais esteja internado por prazo igual ou superior a um ano e

VI - o acesso de aluno portador de deficiência aos benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive material escolar, transporte, merenda escolar e bolsas de estudo.

Entende que por meio da lei, o deficiente visual tem seu acesso à educação garantido, mas mesmo assim muito do que está relatado na realidade não ocorre. É direito de um

educando DV ter seu material em Braille ou ampliado, porém muitas vezes o estabelecimento não dispõe dos recursos necessários para fornecer esse material ao aluno.

Descreve-se o entendimento por educação especial: A educação especial caracteriza-se por constituir processo flexível, dinâmico e individualizado, oferecido principalmente nos níveis de ensino considerados obrigatórios.

Quanto à construção e reforma de estabelecimentos de ensino deverá ser observado o atendimento as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT relativas à acessibilidade.

1.3. Acessibilidade – Os desafios do atendimento da Faculdade de Educação

Na FE 5 nós possuímos um laboratório (LDV) que deveria ocupar a mesma função da sala de aula com recursos multifuncionais. Em 2010 foi publicada uma reportagem no próprio site da UnB a respeito do Laboratório de Apoio ao Deficiente Visual, destaco o seguinte trecho:

A Universidade de Brasília (UnB) é única do país a contar com um Laboratório de Apoio aos Deficientes Visuais (LDV). Um grupo de monitores, formados por alunos bolsistas da UnB, são responsáveis por acompanhar os alunos cegos nas aulas, repassar o material solicitado pelo professor na linguagem braile e auxiliar nos demais estudos. Atualmente, o LDV atende 25 deficientes visuais, integrados ao Programa de Apoio aos Portadores de Necessidades Especiais (PPNE), existente na UnB desde 1999 (FULNI-Ô, 2010).

No final do ano passado (2012), comparecemos ao laboratório para conhecer o trabalho que as pessoas realizavam naquele ambiente. O relato foi surpreendente, os “monitores” não têm contato com o público, apenas recebem o material que deve ser transcrito para o Braille e o serviço se restringe a isso. Há materiais voltados para deficientes visuais como lupas, ¹reglete, ²punção, porém não sabemos se os estudantes sabem da existência desses recursos e se possuem acesso.

¹ Reglete corresponde a uma régua dupla, que abre e fecha com apoio de dobradiças no canto esquerdo, e em cuja abertura é destinada ao papel

² Punção é um instrumento furador com uma base de apoio e uma ponteira metálica.

A mesma reportagem citada anteriormente ainda menciona:

A UnB está entre as 31 universidades federais que tiveram seus projetos voltados para inclusão de pessoas com deficiência em suas sedes e campi aprovados pelo MEC para receber o investimento. Atualmente o LDV funciona numa sala da Faculdade de Educação, tem seis computadores, uma impressora em Braille, que está quebrada, e um scanner. Com o recurso do projeto UnB Acessível, o Laboratório ganhará mais 17 computadores, mais uma impressora Braille e um scanner e terá um novo espaço no ICC Norte. É o que afirma o coordenador do Programa de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais (PPNE) da UnB, José Roberto Fonseca Vieira. Segundo ele, além da compra dos equipamentos, a ideia é melhorar os serviços oferecidos pelos laboratórios e capacitar profissionais para trabalhar com software para deficientes visuais. (FULNI-Ô, 2010).

Comparecemos ao laboratório no final no ano de 2012 e os 17 computadores prometidos não haviam chegado. Porém a única impressora em Braille e o scanner estavam funcionando. Desconhecemos a atual situação do laboratório.

Por meio de uma pesquisa do espaço da Faculdade de Educação – FE é possível notar algumas irregularidades nas estruturas das três FEs. Um dos problemas aparece na FE 3, onde a rampa de entrada não possui corrimão e piso tátil além de ter um vão de grande largura próximo a porta de entrada. No mesmo prédio ainda não há acesso ao subsolo através de piso tátil. Não há nem elevador ou rampa no caso de usuários de cadeira de rodas.

Na FE 5, entrada traseira, onde foram construídas as rampas, nota-se o mesmo problema existente na FE 3: não há corrimão e piso tátil. Na verdade, não há piso tátil em nenhum lugar da faculdade. Além disso, na FE 5, na entrada localizada próxima à livraria, é uma descida esburacada, íngreme e sem nenhuma estrutura de apoio ou orientação

A situação presente fere o 1º parágrafo inteiro da seção II do Decreto nº 5.2696 (2004) que estabelece no caput a construção de calçadas para a circulação de pedestres ou a adaptação de situações consolidadas; o rebaixamento de calçadas com rampa acessível ou elevação da via para travessia do pedestre em nível e a instalação do piso tátil e de alerta.

É considerado um ambiente inclusivo, segundo o autor (Sasaki, 2011), aquele que implementa ou está implementando gradativamente as medidas efetivas de acessibilidades mencionadas.

Os recursos de acessibilidade tecnológica são entendidas por nós de duas formas: como instrumentos, dispositivos dirigidos para o domínio do

ambiente computacional e como signos, pois possibilitam a comunicação entre o sujeito e a máquina, através dos softwares que utilizam um sistema de signos (a linguagem, a escrita, o sistema de números, etc). [...] Os recursos de acessibilidade tecnológica sai ai mesmo tempo um elemento de atividade externa (instrumento) e de atividade interna (signo). (LIMA, 2002)

Deve-se solicitar a Faculdade, ainda, a acessibilidade metodológica que corresponde ao acesso aos métodos de estudo (escolar), de trabalho (profissional), de ação comunitária (social, cultural), de educação dos filhos (familiar).

Normas que não estão sendo seguidas, ou estão, mas de forma irregular na Faculdade de Educação onde são encontradas rampas sem corrimão e a área toda sem piso tátil.

Por meio do artigo 25 que diz:

os serviços de educação especial serão ofertados nas instituições de ensino público ou privado do sistema de educação geral, de forma transitória ou permanente, mediante programas de apoio para o aluno que está integrado no sistema regular de ensino, ou em escolas especializadas exclusivamente quando a educação das escolas comuns não puder satisfazer as necessidades educativas ou sociais do aluno ou quando necessário ao bem-estar do educando.

No caso dos estabelecimentos particulares, se observam muitos casos que cobraram o valor dobrado da mensalidade para receber um educando com necessidade educacional especial, ou seja, uma cobrança indevida, pois o estabelecimento já deveria estar preparado para receber todo tipo de aluno.

A pedagogia hospitalar tem sido vista como uma modalidade da educação especial para atender não somente aos educandos com alguma deficiência, mas também aos que se encontram apenas hospitalizados, *Art. 26:*

As instituições hospitalares e congêneres deverão assegurar atendimento pedagógico ao educando portador de deficiência internado nessas unidades por prazo igual ou superior a um ano, com o propósito de sua inclusão ou manutenção no processo educacional.

Embora algumas instituições de ensino superior ofereçam provas diferenciadas para cada tipo de deficiência, não é sempre que se encontram profissionais capacitados para aplicar a avaliação ou até mesmo não dispõe de recursos tecnológicos para a impressão de uma prova ampliada ou em Braille, *Art. 27:*

As instituições de ensino superior deverão oferecer adaptações de provas e os apoios necessários, previamente solicitados pelo aluno portador de deficiência, inclusive tempo adicional para realização das provas, conforme as características da deficiência.

O primeiro parágrafo corresponde as disposições deste artigo aplicam-se, também, ao sistema geral do processo seletivo para ingresso em cursos universitários de instituições de ensino superior.

De acordo com o segundo parágrafo, o Ministério da Educação (MEC), no âmbito da sua competência, expedirá instruções para que os programas de educação superior incluam nos seus currículos conteúdos, itens ou disciplinas relacionados à pessoa portadora de deficiência.

Aspecto já mencionado anteriormente como garantia de acesso ao mercado de trabalho, Art.n 28:

O aluno portador de deficiência matriculado ou egresso do ensino fundamental ou médio, de instituições públicas ou privadas, terá acesso à educação profissional, a fim de obter habilitação profissional que lhe proporcione oportunidades de acesso ao mercado de trabalho.

Além disso, a lei garante que a educação profissional para a pessoa com deficiência será oferecida nos níveis básico, técnico e tecnológico, em escola regular, em instituições especializadas e nos ambientes de trabalho.

Cursos profissionais de nível básico à pessoa com deficiência devem ser oferecidos pelas instituições públicas e privadas que ministram educação profissional, condicionando a matrícula à sua capacidade de aproveitamento e não a seu nível de escolaridade.

Habilitação profissional é entendida, de acordo com a lei, como

o processo destinado a propiciar à pessoa portadora de deficiência, em nível formal e sistematizado, aquisição de conhecimentos e habilidades especificamente associados a determinada profissão ou ocupação.

No que diz respeito às certificações, a lei assegura que

os diplomas e certificados de cursos de educação profissional expedidos por instituição credenciada pelo Ministério da Educação ou órgão equivalente terão validade em todo o território nacional.

Assegura-se que as escolas e instituições de educação profissional oferecerão se necessário, serviços de apoio especializado para atender às peculiaridades da pessoa portadora de deficiência, tais como: adaptação dos recursos instrucionais: material pedagógico, equipamento e currículo; capacitação dos recursos humanos: professores, instrutores e profissionais especializados; e adequação dos recursos físicos: eliminação de barreiras arquitetônicas, ambientais e de comunicação.

CAPÍTULO II

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DA EDUCAÇÃO DO DEFICIENTE VISUAL A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Este capítulo é dividido em nove tópicos que abordam os assuntos relacionados com a definição da própria deficiência visual, a educação superior e o deficiente visual, além da formação de professores, além de apresenta recursos que auxiliam o processo de ensino.

2.1. Aspectos Históricos da Educação Especial: Da Segregação à Inclusão

A educação especial originou-se inicialmente como um atendimento educacional especializado em substituição do ensino comum demonstrando a necessidade de diferentes compreensões, diferentes terminologias e modalidades que acabaram levando a concepção de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais. Esses estabelecimentos devem proporcionar atendimentos clinico-terapêuticos vinculados a testes psicométricos que determinam diagnósticos e conseqüentemente, definem a melhor pratica pedagógica de acordo com a especificidade do educando.

No Brasil, o atendimento a pessoas com deficiência visual iniciou-se em 1854, na época do Império, com a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, atualmente chamado de Instituto Benjamin Constant (IBC) no Rio de Janeiro. É uma instituição especializada no atendimento a deficientes visuais.

Até o presente momento, não havia sido adotado nenhuma política pública de acesso universal à educação, apenas houve medidas de “políticas especiais” para se referir aos educandos com alguma deficiência.

No ano de 1988, a Constituição Federal apresentou como uma de suas finalidades básicas a promoção do “bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º, inciso IV). De acordo com o artigo 205,

define a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.

Além disso, no artigo 206, institui “a igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, sendo dever do Estado oferecer atendimento educacional especializado, principalmente da rede regular de ensino (art. 208).

Os pais e/ou os responsáveis têm o dever de matricular seus filhos na rede regular de ensino, esse é um direito da criança, também defendido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) por meio da Lei nº 8.069/90, artigo 55, entre outros dispositivos legais e orientações.

No mesmo período, entre 1990 e 1994, a Declaração Mundial de Educação para Todos e a Declaração de Salamanca começa a influenciar na formulação de políticas públicas de educação inclusiva.

Em 1994, é divulgada a Política Nacional de Educação Especial que visa orientar o processo de “integração instrucional”, permitindo o acesso às classes regulares de ensino aqueles que possuírem “condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais”. Ou seja, não há reformulação das praticas educacionais de maneira que sejam valorizadas as diferentes potencialidades de aprendizagem no ensino comum, e a responsabilidade para com os estudantes com deficiência continua a cargo da educação especial.

Atualmente, a LDB por meio da Lei nº 9.394/96, artigo 59, indica que os sistemas de ensino devem assegurar aos educandos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades, assegurando a terminalidade específica àqueles que não atingirem o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em função das suas deficiências, além de assegurar a aceleração dos estudos aos superdotados para alcançarem a conclusão da programação curricular da escola. Há também a possibilidade de

avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado” (artigo 24, inciso V) e “oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames” (artigo 37).

A Lei nº 7.853/89, regulamentada pelo Decreto nº 3.298 no ano de 1999, conceitua a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, ressaltando a atuação complementar da educação especial no ensino regular.

No ano de 2004, o Ministério Público Federal publica o documento “O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular” com o intuito de difundir os conceitos e diretrizes mundiais para a inclusão, reafirmando o direito e os benefícios da escolarização de alunos com e sem deficiência nas turmas comuns do ensino regular.

Ainda em 2004, o Decreto nº 5.296/04, “Decreto de Acessibilidade” regulamentou as Leis nº 10.048/00 e nº 10.098/00 e estabeleceu normas e critérios para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

No âmbito internacional, em 2006, foi aprovada pela ONU a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. A Convenção estabelece que os Estados-Partes devem assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino em ambientes que potencializem o desenvolvimento acadêmico e social com plena participação e inclusão, adotando medidas que garantem que a pessoa com deficiência não deve ser excluída do sistema educacional sob alegação de deficiência, tendo o direito a frequentar um ensino de qualidade e gratuito. Essa Convenção foi promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001. Em 2007 é lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) que apresenta como metas a formação de professores para a educação especial, a implantação de salas com salas de recursos multifuncionais, acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, acesso e a permanência das pessoas com deficiência na educação superior e monitoramento do acesso à escola dos favorecidos pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Com a implementação do PDE, publica-se o Decreto nº 6.094/2007 que tem como o objetivo estabelecer nas diretrizes do Compromisso Todos pela Educação, assegurando o acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, fortalecendo o seu ingresso nas escolas públicas.

De acordo com esses dispositivos, todos os estabelecimentos de ensino devem atender aos educandos, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade a qualquer educando.

Antigamente, pessoas com algum tipo de deficiência eram encaminhadas para instituições especiais de ensino, onde passavam a vida inteira, sem ter a oportunidade de serem incluídos na sociedade ou terem a chance de estar em um emprego. Na sociedade contemporânea, o homem já passa a ser visto como inserido na comunidade. Surge um novo olhar sobre as pessoas com algum tipo de deficiência. Sua integração na sociedade passa a ser real, com direitos e deveres de cidadão (Golin, 2001).

Então, o ensino segregado nas instituições especiais começa a ser questionado. Pessoas com deficiência passam a ter o direito de freqüentar a rede regular de ensino, favorecendo a sua integração. Porém hoje em dia com um mercado de trabalho tão competitivo, os empregadores preocupam-se com o lucro rápido e a produtividade, sendo que o maior problema visto pelas pessoas com deficiência é o próprio preconceito e a exclusão (Golin, 2001).

2.2. A Deficiência Visual

Ao nos propormos a tratar da deficiência visual, se faz necessário, inicialmente, definir o que é deficiência visual: A deficiência visual é uma definição para referir-se à perda da visão que não pode ser corrigida com a utilização de óculos ou lentes de contato por prescrição regular. Essa concepção abrange tanto a cegueira total (perda total da visão dos dois olhos) quanto à visão subnormal (irreversível e acentuada diminuição da acuidade visual, não é possível ser corrigida pelos recursos ópticos convencionais). (Nabais; Martins; Monteiro; e Galheira, 1996)

O indivíduo com visão subnormal através da utilização máxima da sua visão remanescente e com o uso de recursos ópticos e não ópticos, tem um melhor desempenho em suas atividades. Porém nem todas as pessoas com visão subnormal necessitam de recursos ópticos, apenas usando recursos técnicos e complementares é suficiente. A necessidade de recursos ópticos dependerá do nível de comprometimento de cada um (Nabais; Martins; Monteiro; e Galheira, 1996)

A conscientização e o apoio da família e da sociedade são fundamentais para que as pessoas que possuem deficiência visual consigam desenvolver o seu potencial, suas habilidades e conquistar a sua autonomia (Moura, Néri, 2006).

Algumas pessoas não têm conhecimento sobre o que é a deficiência visual, tampouco sobre as dificuldades causadas por essa limitação e os obstáculos a serem superados tanto no meio social quanto no ambiente universitário. Outro fato a ser destacado é que tanto instituições de ensino quanto os professores não estão preparados para receber os educandos com deficiência visual. O ambiente universitário precisa de adaptações das estruturas físicas e todos os professores e membros da escola deveriam ter conhecimento sobre as especificidades desses educandos que fazem com que requeiram serviços e recursos diferenciados para efetivar seus processos de aprendizagem.

A deficiência visual não pode ser vista como um fator limitante. A educação desses educandos deve buscar a autonomia frente ao processo de construção do conhecimento. A educação especial é uma área que exige criatividade por parte dos educadores para estabelecer novas metodologias, recursos de acessibilidade e práticas avaliativas que estejam em consonância com as diferentes formas de lidar com o saber advindo das diferenças humanas.

Segundo (Nabais; Martins; Monteiro; e Galheira, 1996), outro aspecto essencial para o melhoramento da prática docente são os recursos didáticos. Materiais adaptados costumam ser mais caros que os materiais convencionais e não são todos os estudantes que possuem condições financeiras para bancar o custo desses materiais e a universidade às vezes por questões políticas também não consegue o fornecimento dos recursos necessários. Além disso, existem problemas, muitas vezes, na transcrição dos textos para o Braille, onde pessoas pouco preparadas ao redigirem o conteúdo escrevem com abreviatura ou não tem domínio da informação e isso causa desentendimento na leitura do conteúdo.

Não são somente os alunos totalmente cegos que merecem a atenção das escolas e das universidades, mas também os alunos que possuem outros níveis de limitação na visão ou até mesmo os que possuem visão subnormal que demandam outros métodos de adaptação dos recursos utilizados.

É preciso colocar-se no lugar do outro, exercitar uma escuta sensível³, não para imaginar como é ser cego, mas sim para elaborar, conjuntamente com a pessoa com deficiência, possibilidades de melhoria na qualidade de vida daquele indivíduo.

O trabalho do educador é mais do que ensinar conteúdos básicos aos seus educandos. É preciso ter sensibilidade para realizar um trabalho pleno e de qualidade para os educandos com deficiência visual, incentivando a sua autonomia e convivência social.

2.3. Ensino para Estudantes com Deficiência Visual

De acordo com (Constant, 1999), Louis Braille nasceu em quatro de janeiro de 1809, na cidade de Coupvray, pertencente ao distrito de Seine-Marne. No ano de 1812, brincando como de costume na oficina do seu pai, feriu seu olho esquerdo ao tentar perfurar um pedaço de couro com um objeto pontiagudo, causando grave hemorragia. O ferimento infeccionou e não havia auxílio médico eficaz para eliminar o centro da infecção. Veio a ⁴conjuntivite e depois a ⁵oftalmia. Alguns meses depois a infecção atingiu o outro olho e a cegueira total veio quando Louis estava com cinco anos. Nenhum tratamento poderia reparar o dano causado em seus olhos. Mesmo cego Louis era um estudante exemplar, aos 10 anos consegue uma bolsa de estudos na Instituto Real para Jovens Cegos de Paris.

Assim, as dificuldades enfrentadas em seus estudos em razão da deficiência, o levaram a criar, quando tinha apenas 15 anos de idade, um sistema de escrita para cegos. Contando com a ajuda de outras pessoas, o novo sistema de Braille ficou pronto em 1824, consistindo em um alfabeto com 63 combinações que representavam todas as letras do alfabeto, além de acentuação, pontuação e sinais matemáticos.

³ “A escuta sensível é uma prática incessante, permanente, que busca a todo o momento reconhecer o indivíduo na sua singularidade. A escuta sensível não se conforma com o superficial, ela busca a essência, a completude” Cerqueira e Souza (2011, p. 11).

⁴Conjuntivite é a inflamação da conjuntiva (membrana que envolve grande parte do globo ocular).

⁵ Oftalmia é um termo médico que define qualquer inflamação do globo ocular acompanhada de vermelhidão da conjuntiva, de calor anormal e de dor mais ou menos intensa.

Segundo Almeida (2002) cognição, a cultura, o desempenho corporal e a afetividade promovem e conduzem o homem a sua interação com a sociedade. Educar alguém é uma construção multifacetada, onde desafios andam lado a lado com as descobertas e com a busca de autoconfiança. A partir de diversos estudos, conclui-se que as crianças trazem consigo um conjunto de saberes.

Para a autora, é necessário um investimento na formação de professores, para que seu desempenho, em conjunto com o educando, seja satisfatório. O professor não pode ser apenas um repassador de informações ou um repetidor de modelos já existentes, exige-se criatividade, desenvoltura, compreensão e profundidade sobre o ofício que exerce. Conhecer as necessidades do educando é um dos pilares para o trabalho dentro da sala de aula.

A função cognitiva do educando com deficiência visual poderá se desenvolver de forma mais lenta em relação às crianças videntes, devido às barreiras postas pelo meio. Por isso é preciso promover uma mudança de cultura, com o planejamento de ações e estratégias educacionais que possam superar essas barreiras, assegurando uma educação de qualidade para esses e os demais estudantes (Almeida, 2002).

Noção de “símbolo” é um fator importante para que a significação de uma palavra faça sentido no vocabulário do educando deficiente visual. Para reforçar essa noção, utilizam-se os seguintes materiais: (Almeida, 2002) Recursos auditivos – diferentes tipos de apitos (guarda de trânsito, fábricas, navios); Toque de sirenes: (ambulâncias, carros de bombeiros e polícia); Toques diferenciados de sinos; Recursos olfativos (cheiro de terra molhada indicando chuva, cheiro de fumaça indicando fogo); Jogos de papéis (brincar de médico, de telefonista, de professor) e Imitar pessoas e vozes de animais.

Almeida (2002) diz que o educando que está sendo alfabetizado em Braille é preciso exercitar igualmente a escrita e dominar os caracteres do Sistema Braille. É indispensável trabalhar o espaço da ceca Braille. Deverão ser feitos exercícios explorando as inúmeras combinações e a lateralidade, pontos trabalhados à direita e à esquerda.

Outro aspecto de grande valor no processo de ensino e aprendizagem do educando com deficiência visual é o som da fala. As letras simbolizam os sons da fala, sendo fundamental que a criança saiba ouvir e interpretar as diferenças linguisticamente relevantes entre esses sons. Quando o mecanismo de percepção sonora está instalado, o educando

consegue escolher a letra certa para simbolizar o som que ouve. Exemplo: palavras “PAI” e “VAI”.

O processo de aprendizagem de um educando com deficiência visual necessita de procedimentos e recursos especializados, além de uma formação específica dos profissionais que trabalharão com esses estudantes. É preciso que lhe sejam oferecidas muitas oportunidades de experiências e várias habilidades devem ser trabalhadas.

O ensino e aprendizagem suscitam muitos cuidados e é extremamente importante que os professores estejam preparados. Para a educação ser um elemento transformador é preciso que ocorram participação e interação da instituição de ensino com os educadores e os educandos. Sendo assim, podemos concordar que se uma pessoa não tem acesso a uma educação básica de qualidade, suas dificuldades de acesso ao ensino superior serão maiores do que os demais que possuíram uma educação de qualidade ou pelo menos atendendo aos requisitos mínimos Almeida (2002).

Lora (2001) Menciona que o importante é encontrar uma maneira com novos caminhos e novas alternativas para minimizar as dificuldades e limitações impostas pela deficiência visual, estimular o interesse pela escrita e leitura do educando cego ou com baixa visão, utilizando técnicas adequadas que proporcionem mais rapidez e menor fadiga, melhorando a compreensão do texto trabalhado. Em uma sala de recursos ou centros de apoio devem contar com profissionais e professores especializados.

Algumas escolas de ensino regular, no caso do início do processo de ensino e aprendizagem, e as faculdades ao receberem um educando com alguma necessidade educacional especial encorajam os pais a procurarem instituições especializadas e isso acontece porque muitos educadores não se sentem preparados para lidar com esses educandos ou não possuem condições de fornecer assistência individualizada a estes (Lora, 2001).

De acordo com Lehnhard, Perazzollo, Manta; Palma (2009) o Dutra *et al* (2006), o professor que trabalha com a inclusão deve preparar-se para enfrentar dificuldades que encontrará ao tentar oferecer uma educação adequada aos alunos com e sem deficiência, a fim de gerar um espaço democrático e ter sucesso em suas metas inclusivas. Além disso, as autoras expõem que é tarefa primordial do professor auxiliar na preparação dos alunos sem

deficiência para habituarem-se às diferenças, já que essa convivência proporciona trocas de experiências inestimáveis.

Segundo de Oliveira, Biz e Freire (2002) a inclusão e adaptação do educando com deficiência visual necessitam de recursos didáticos adaptados, que podem ser construídos pelos professores com auxílio da coordenação, e é preciso da boa vontade dos educadores e da própria família para participarem e ajudarem no desenvolvimento desse ser humano.

E complementando as ideias das autoras, a ausência da visão exige métodos alternativos de aprendizagem e a modalidade tátil é uma delas. Por meio do tato o educando desenvolve a percepção e interpretação do meio, através da exploração sensorial.

Para (Oliveira, Biz e Freire, 2002), as relações educacionais e a prática pedagógica devem estar unidas na escola que pretende ser inclusiva. Baseado em depoimentos de professores, tanto os que trabalham em instituições especializadas quanto os professores que atuam em estabelecimentos não-especializados, ambos concordam que educar um aluno com deficiência visual requer criatividade, conhecimento e trabalho em equipe dos educadores que estão envolvidos nesse processo.

A meu ver, criatividade é um aspecto fundamental no trabalho com todos os estudantes e, especialmente, com educandos deficientes visuais, pois muitos nasceram sem a visão e não possuem a formação de algumas ideias como a noção de cores, por exemplo, e uma dica seria relacionar as cores a texturas para auxiliar no entendimento do aluno.

Nuernberg (2008) propõe que se supere qualquer noção da pessoa com deficiência em referencia ao pressuposto da normalidade. E segundo o autor, a deficiência não pode ser reduzida aos seus componentes biológicos.

A restrição do ensino à dimensão concreta dos conceitos (Nuernberg, 2008) é uma estratégia equivocada de organização das praticas educacionais da educação especial. Não se acredita na capacidade de aprender dos sujeitos com deficiência, e com isso, não são proporcionadas condições para que possam superar as suas dificuldades.

Não acredito que elas fiquem com o intelecto condenado como propõe o Nuernberg, mas é como se criassem uma barreira no acesso ao conhecimento do deficiente visual, limitando sua fonte de dados.

Nuernberg (2008) menciona em seu texto que quando o sujeito reage diante da deficiência, tentando superar suas limitações baseado em instrumentos artificiais, chamando de compensação social. Porém nega a noção de compensação biológica do tato e da audição em função da cegueira, centrando a compensação social na capacidade da linguagem de superar as limitações produzidas pela impossibilidade de enxergar. O conhecimento é alcançado a partir de um processo de apropriação que é feito por meio das relações sociais.

Para o autor, pessoas com deficiência visual possuem limitações no aspecto da mobilidade e de orientação espacial e a elaboração de conceitos. Por isso, os pedagogos, devem elaborar algumas estratégias metodológicas para praticar a autonomia dos educandos deficientes visuais.

A autonomia desse educando é resultado da apropriação do conhecimento e do desenvolvimento de competências. Um ponto interessante a destacar na fala do autor (Nuernberg, 2008) é que pessoas cegas desenvolvem vias alternativas para atuar na realidade, através do uso de formas de percepção funcionalmente equivalente à visual, mesmo tendo por base significações que conferem às sensações corporais e as pistas ambientais um papel diferenciado daquele desempenho na condição vidente.

Essa autonomia pode ser desenvolvida por meio de atividades simples e corriqueiras do nosso cotidiano como: ensinar o educando a amarrar o tênis, direcioná-lo ao caminho do bebedor e do banheiro em um primeiro momento para que posteriormente seja capaz de ir até o local sem o auxílio do educador.

O desenvolvimento das funções (Nuernberg, 2008) de atenção concentrada, memória mediada, imaginação, pensamento conceitual, entre outros exemplos, deve ser uma prioridade oferecida à educandos com deficiência visual.

Finalizando a ideia de Nuernberg, o objetivo da educação para educandos com deficiência visual deve ser o mesmo para os alunos ⁶*videntes*. Educandos cegos ou com visão subnormal têm a mesma capacidade de aprendizagem, porém por vias alternativas. Possuem necessidades educacionais especiais específicas aprendizagem por meio da simbologia Braille, e devem ter as mesmas oportunidades e exigências proporcionais às solicitadas aos

⁶ Videntes são as pessoas que enxergam normalmente.

alunos sem deficiência. É preciso valorizar suas experiências táteis, auditivas e cinestésicas além de proporcionar intervenções que favoreçam a formação de conceitos por meio dos processos de significação, promovendo o desenvolvimento das funções psicológicas superiores.

Abaixo serão descritos alguns conceitos e orientações básicas para auxiliar o educador no momento de trabalho com um deficiente visual em todos os níveis de ensino, desde a educação infantil até o ensino superior.

Seqüências do desenvolvimento dentro da modalidade tátil: consciência de qualidade tátil, reconhecimento da estrutura e da relação das partes com o todo, compreensão de representações gráficas e utilização de simbologia:

A primeira fase do desenvolvimento tátil tem base nos conceitos das autoras (Oliveira; Biz, Freire, 2002), é a consciência das qualidades táteis dos objetos. O sentido do tato começa pela atenção às texturas, temperaturas, superfícies vibráveis e diferentes consistências. É pela utilização das mãos que as crianças com deficiência visual começam a ter noção de texturas, contornos, tamanhos e pesos. O aperfeiçoamento tátil leva as crianças a reconhecer diferentes formas, pesos relativos a cada objeto. Passa a estabelecer comparações e noções da realidade.

O segundo nível do desenvolvimento tátil é o conceito e o reconhecimento da relação do todo com as partes. Crianças cegas conseguem desenvolver a habilidade de identificar um objeto por meio de um detalhe característico. Possuem o conceito de orientação de uma figura tátil no espaço, porém é um conceito muito frágil (Oliveira; Biz, Freire, 2002).

Na simbologia a representação não precisa ter semelhança com o original como ocorre na representação gráfica. Estudantes “normais” ou “videntes” têm o auxílio de gravuras, imagens que permitem a compreensão do contexto. Estudantes deficientes visuais precisam memorizar varias configurações dos pontos da ⁷*cela Braille*. Não há padrão de fácil memorização.

⁷ Cella Braille é o espaço retangular onde se produz um símbolo Braille. De uma “cela” damos origem a todos os símbolos possíveis para representar letras do alfabeto, códigos matemáticos, numerais, sinais de pontuação, simbologia química, musical e informática, totalizando 64 combinações (Barbosa, 2010).

A modalidade tátil é um processo de desenvolvimento gradual. O entendimento dos jovens educandos começa com um reconhecimento simples até a percepção e interpretação dos objetos e meios mais complexos. Pais e educadores devem estimular as crianças cegas desde a infância, dando continuidade ao desenvolvimento tátil por toda a vida delas até alcançarem os mais altos níveis do desenvolvimento cognitivo, segundo (de Oliveira; Biz e Freire, 2002).

O objetivo da modalidade tátil é a compreensão com o meio em que vive. O desenvolvimento sistemático da percepção tátil é fundamental para que a pessoa que possua deficiência visual seja capaz de se organizar, transferir e abstrair conceitos (de Oliveira; Biz e Freire, 2002).

Todo trabalho desenvolvido na escola ou universidade deve ter continuidade em casa, contando com o apoio e incentivo dos familiares. As condições de desvantagem em relação às estudantes videntes, sendo que a visão é responsável por 85% do aprendizado informal é uma das maiores implicações no momento da aprendizagem. É preciso incentivar a participação em programas de atendimento para o desenvolvimento psiconeurológico e cognitivo (de Oliveira; Biz e Freire, 2002).

É claro que a grande diferença entre educandos videntes e não vidente é a sua percepção. Educando videntes possuem uma percepção visual tão aguçada quanto educandos DVs, estes utilizam sua percepção tátil, sendo assim, o seu esgotamento é alcançado mais rapidamente do que se estivesse utilizando a visão (de Oliveira; Biz e Freire, 2002).

Nós, educadores, devemos estar atentos a essas especificidades durante as nossas aulas, para que a qualidade da aula e o rendimento do aluno não caiam.

Se a leitura tátil for estendida por um longo tempo pode causar insensibilidade nos dedos, dificultando a discriminação, conseqüentemente causando desinteresse. É imprescindível que intervalos sejam realizados, com alongamentos, relaxamentos.

Outro fator que influencia diretamente na leitura tátil é a temperatura. Se estiver muito frio ou muito calor ocorre dificuldades perceptivas (de Oliveira; Biz e Freire, 2002).

A leitura tátil é feita com o dedo envolvendo muitos estímulos consecutivos e não simultâneos, sem condições de abranger e interpretar, enquanto com a leitura visual: com

simples relance dos olhos é percebida letra por letra. Por isso a leitura torna-se muito desgastante.

As autoras (de Oliveira; Biz e Freire, 2002) chamam a atenção de que é preciso verificar o nível de desenvolvimento do educando para o aprendizado da leitura e da escrita e problemas sérios para realizar tarefas que envolvam formas, espaços e manipulação de materiais ou objetos, refletindo na sua aprendizagem.

O desenvolvimento da linguagem no desenvolvimento cognitivo do educando deficiente visual não pode compensar os déficits derivados da percepção tátil, ocasionando defasagem entre as operações verbais e as percepções de forma e espaço (de Oliveira; Biz e Freire, 2002).

Deficientes visuais tendem a falar muito como uma forma de se manter presente no espaço em que se encontra.

Outra observação feita pelas autoras (Nabais; Martins; Monteiro; e Galheira, 1996) é que o texto deve ser distribuído de forma lógica no espaço, evitando que fique “espalhado” ou “torto”, dificultando a localização e a percepção tátil. Quando textos são muito longos, os professores devem utilizar resumos para melhor compreensão do conteúdo e rapidez .

2.4. O Deficiente Visual na Educação Superior

A autora (Golin, 2001) define que por meio da educação é possível abrir os olhos da sociedade diante do preconceito. É muito importante a iniciativa de instituições de ensino público fazerem a inclusão de pessoas com deficiência, fazer com que se sintam aceitas e com mais confiança.

Motivar cegos ou o indivíduo com baixa visão a querer entrar no mercado de trabalho é essencial para a sua confiança e devido sua limitação sensorial e muitas vezes devido à intolerância das pessoas para com as diferenças humanas onde são freqüentemente rotulados como incapazes (Golin, 2001).

O deficiente visual deve ser constantemente estimulado a ter uma vida autônoma e independente do auxílio de outras pessoas.

As pessoas não sabem, mas existem varias possibilidades de profissões para deficientes visuais. Porém as barreiras iniciam-se desde a escola se estendem a universidade, existem poucos recursos para a formação de pessoas com deficiência visual, falta de leitura especializada, equipamentos e monitoria especial.

Por isso, muitos acabam optando por estudar nas instituições especializadas, dificultando mais ainda a sua integração e a sua entrada no mercado de trabalho. Como pode ser uma vontade do individuo permanecer em uma instituição especializada, às vezes, a própria família opta em mantê-lo isolado como uma forma de superproteção.

O Instituto Benjamin Constant concebe a ideia de que o deficiente visual além de ter uma educação de qualidade, também deve ser preparado para o mercado de trabalho, fica o exemplo de um órgão público que viabiliza cursos para deficientes visuais para uma melhor formação.

A preparação de jovens deficientes visuais (Golin, 2001) é prejudicada pela falta de livros publicados em Braille, falta de recursos e tecnologias. Raros são os professores que sabem Braille e muitos não se sentem preparados para ensinar um aluno com deficiência visual dentro da sala de aula. Para ensinar um aluno cego ou com baixa visão, o professor além de precisar saber Braille, precisa que o material escrito esteja em Braille. Geralmente, essa é tarefa da sala de recursos.

Pelo fato do Sistema Braille ser diferente do que estamos habituados a lidar, muitos acreditam que é difícil aprender, porém é muito simples. Eu mesma tive contato com o Braille e sem nenhum curso, apenas realizando atividades rotineiras com as crianças, eu conseguia ler um pouco apenas com aquele contato superficial. Basta vontade de querer aprender e ensinar.

O mercado de trabalho deseja pessoas inovadoras, criativas e modificadoras. Devido a uma sociedade estereotipada, o deficiente visual é visto como incapaz de se encaixar nesse perfil. A falta de visão ou perda parcial é vista por muito como um empecilho na realização de alguma tarefa. Com auxilio da tecnologia, do sistema Dosvox, por exemplo, é possível o deficiente visual ter acesso às informações do computador, executando tarefas como edição de textos em Braille, leitura ou audição de outras ferramentas. Deste modo é possível que o cego seja capaz de trabalhar com informática, por exemplo. (Golin, 2001)

Eu acredito que o grande problema das empresas seja a falta de informação, imaginam que a adaptação requer um grande investimento e gastos excessivos. Porém, muitos desconhecem que há programas leitores de tela de graça, possível de ser encontrado e baixado pela internet.

Promovendo a real integração, conscientização de que uma limitação sensorial não atrapalha na capacidade do indivíduo, é possível desenvolver suas habilidades, preferências, aptidões e aumentar sua capacidade produtiva (Golin, 2001).

Por meio de algumas adaptações, muito simples, acessíveis e com variáveis de custos, é possível adaptar diversos recursos oferecidos para deficientes visuais.

Como educadores, também devemos estar atentos aos educadores deficientes visuais, não somente as crianças e jovens. O adulto deficiente visual, principalmente em casos da perda da visão com mais idade, devem ser tratados com a mesma atenção e cuidados.

Além disso, o educador deficiente visual também deve ter apoio da instituição para seu acesso aos recursos didáticos, como retroprojetor, materiais didáticos em Braille para que o planejamento e a execução das suas aulas e atividades sejam facilitados.

2.5. Recursos Didáticos

As três autoras (Oliveira; Biz e Freire, 2002) mencionam os recursos didáticos em Braille que são fundamentais para facilitar, incentivar e possibilitar o processo de ensino-aprendizagem do educando deficiente visual.

Os materiais didáticos para estudantes videntes podem ser classificados da seguinte maneira: Naturais: elementos de existência real na natureza, como água, pedra, animais; Pedagógicos: quadro, cartaz, gravura, álbuns seriados, slide, maquete; Tecnológicos: rádio gravador, televisão, DVD, computador, laboratório de línguas e Culturais: biblioteca pública, museus, exposições (Oliveira; Biz e Freire, 2002).

Materiais didáticos na educação especial inclusiva para educandos com deficiência visual podem ser de três formas (Oliveira; Biz e Freire, 2002): Seleção - Dos recursos utilizados pelos alunos videntes, vários podem ser usados para educandos cegos da forma

como se apresentam. Por exemplo: sólidos geométricos; Adaptação - Alguns materiais após alterações podem ser utilizados na educação de educando com deficiência visual. Por exemplo: instrumentos de medição, como metro e a balança, mapas de encaixe, jogos e Confecção - Consiste na elaboração de materiais simples, e sempre que possível, com a participação do próprio aluno. A utilização de materiais de baixo custo e de fácil obtenção pode ser usada. Por exemplo: palitos de fósforos, contas, barbantes, cartolinas, balões.

A utilização desses recursos pode ser: Fartos: para uma grande quantidade de educandos simultaneamente; Variados: material para despertar o interesse da criança, variedade de experiências e Significativos: são para atender aspectos da percepção tátil ou percepção visual, no caso de educandos com visão subnormal (Oliveira; Biz e Freire, 2002).

A educação exige criatividade e imaginação. Materiais simples e recicláveis, como duas caixinhas de Danoninho com um pouco de arroz dentro, fechadas com uma ficha adesiva em volta torna-se um instrumento musical, novo material criado, podendo ser utilização para trabalhar a distinção de sons, noção de ritmo e melodia.

Também se destacam os materiais necessários para os educandos com visão subnormal (Oliveira; Biz e Freire, 2002): Cadernos com margens e linhas fortemente marcadas e espaçadas; Lápis com grafite de tonalidade forte; Caneta hidrocor preta; Impressões ampliadas; Materiais com cores fortes e contrastantes.

Os materiais acima citados são dificilmente encontrados nas redes públicas, muito menos na Faculdade de Educação (FE) onde muitas vezes não tem nem giz de cera para o professor escrever no quadro.

Pensando na possibilidade de receber um educando deficiente visual na FE, seriam necessárias algumas adaptações para que esse indivíduo tivesse o mínimo de qualidade de ensino, como material didático adaptado e infraestrutura adequada com sinalizações, corrimões e piso tátil.

Os recursos didáticos na seleção, adaptação ou elaboração para alcançarem a eficiência precisam atingir certos critérios (de Oliveira; Biz e Freire, 2002): Tamanho: Os materiais têm que ser confeccionados e selecionados adequadamente às condições dos educandos. Se o material for muito pequeno não terá detalhes suficientes para um

reconhecimento e se o material for muito grande pode prejudicar a percepção da totalidade; Significação tátil:

O material deve possuir relevo perceptível, com diferentes texturas, destacando partes dos componentes para permitir adequadas distinções. Contrastes do tipo: liso/áspero, fino/espesso; Aceitação: É preciso verificar se o material não provocou rejeição ou irritação na pele; Estimulação visual: Materiais didáticos com cores fortes e contrastantes para estimular a visão funcional do educando com deficiência visual; Fidelidade: O material deve possuir a representação o mais próxima possível do original; Facilidade de manuseio: Deve proporcionar a prática utilização do material; Resistência: Como o material será de constante uso dos educandos não pode ser fácil de estragar, sempre possível devem ser plastificados e Segurança: O material não deve apresentar risco para os educandos.

Frente a essas constatações questionamos: A Faculdade de Educação conseguiria atender aos critérios citados? Na FE5 existe um laboratório de apoio aos deficientes visuais (LBV), porém o trabalho é estrito a impressão de material didático em Braille, e mesmo assim ainda corre o risco de algumas transcrições não seguirem a ideia original do texto.

Quando é realizado um trabalho com os educandos por meio de miniaturas, necessita de conscientização por partes das pessoas deficientes visuais a respeito do tamanho real dos objetos, à distância onde se encontram auxiliam o contato com o ambiente. A noção de montanha pode ser representada por meio de maquetes buscando exemplificar geograficamente a forma.

Esses modelos precisam ser escolhidos de forma criteriosa e o educando deve acompanhar as explicações verbais. Mapas políticos, hidrográficos e outros tipos podem ser representados em relevo ou por justaposição das partes, por meio do encaixe. Desenhos, gráficos e cores nos livros atuais estão dificultando a transcrição para o sistema Braille (Oliveira; Biz e Freire, 2002).

A adoção das soluções abaixo (Oliveira; Biz e Freire, 2002): Adaptação do livro para transcrição em Braille e elaboração de livros especiais para pessoas cegas e com baixa visão.

As autoras Oliveira; Biz e Freire (2002) apresentam duas opções: primeira opção pode ter perda de fidelidade em relação ao original, por isso a necessidade de adaptações por

equipe especializada na educação de deficientes visuais. A segunda solução atende as necessidades do educando com deficiência visual, porém é uma opção cara e devagar na elaboração, sendo assim, dificultando sua aplicação quando existirem recursos materiais indispensáveis.

Novamente o empecilho devido falta de recursos financeiros e qualificação profissional para atender a necessidade da demanda do material especializado.

2.6. Recursos Ópticos

Há alguns aparelhos que magnificam a imagem de longe e reduzem o campo visual, como os telessistemas, úteis para observação estática. Há ainda a opção da utilização de lentes esféricas que diminuem as aberrações das lentes de graus mais elevados, utilizadas tanto na visão de longe quanto na visão de perto (Nabais; Martins; Monteiro; e Galheira, 1996).

Lupas manuais e régua plano-convexas são compostas por lentes convergentes de diversos formatos e capacidade de aumento. Quanto mais perto do olho a lupa estiver, maior o campo visual e vice-versa (Nabais; Martins; Monteiro; e Galheira, 1996).

Os autores Nabais; Martins; Monteiro; e Galheira (1996) ainda mencionam a existência de lupas de mesa com iluminação são lentes convexas montadas num suporte que fixa a distancia entre a lente e a folha ou o objeto a ser

O CCTV (Sistema de Circuito fechado de Televisão) é um recurso que aumenta os ortótipos de leitura e escrita em até seis vezes, podendo variar o contraste. É útil para quem necessita de maior distancia para ler, escrever, desenhar ou datilografar (Nabais; Martins; Monteiro; e Galheira, 1996).

Infelizmente, analisando a situação atual da nossa Faculdade, mal é possível termos o acesso aos retroprojetores e *notebooks* (são os únicos recursos que tenho conhecimento como disponíveis), então como ter acesso a recursos de acessibilidade específicos, fundamentais aos estudantes com deficiência? Muitas vezes não é apenas responsabilidade do estabelecimento de ensino, em grande parte das vezes o recurso financeiro não chega até as instituições de ensino para que os materiais sejam comprados.

2.7. Recursos Técnicos

Existem alguns suportes técnicos disponíveis para deficientes visuais que auxiliam na acessibilidade a computadores, telefones e outras mídias. Alguns são gratuitos e podem ser adquiridos por meio da internet (Nabais; Martins; Monteiro; e Galheira, 1996).

Segundo os autores (Nabais; Martins; Monteiro; e Galheira, 1996) o sistema sonoro de comunicação com o microcomputador mais utilizado e conhecido no Brasil é o Dosvox que é um sistema destinado a auxiliar o deficiente visual no uso de microcomputadores da linha PC, através de sintetizador de voz. Sistema desenvolvido pelo Núcleo de Computação Eletrônica da UFRJ.

O Dosvox é caracterizado por um sintetizador de voz de bolso para microcomputador que permite ao deficiente visual ter acesso a qualquer computador compatível com IBM-PC, mesmo que não tenha placa de som. Há um sistema operacional complementar ao DOS, designado a emitir saída sonora, sistema de fala em língua portuguesa, ampliador de tela para DOS, e editor e leitor de textos. São disponibilizados outros programas para deficientes visuais como caderno de telefones, agenda de compromissos, calculadora, etc (Nabais; Martins; Monteiro; e Galheira, 1996).

Pessoalmente, já tive a oportunidade de presenciar a utilização do Dosvox e acredito ser uma ferramenta muito simples, prática, acessível e de fácil manuseio para deficientes visuais.

Além dos recursos mencionados, as pessoas com deficiência visual também podem contar com a utilização da impressora Braille que imprime os textos em Braille. É possível também fazer uso do scanner que decodifica impressos em escrita comum, permitindo a leitura de textos que tenham sido digitalizados para o disco rígido (Nabais; Martins; Monteiro; e Galheira, 1996).

Esses ainda são recursos pouco acessíveis para a maioria da população. O desejável seria que cada faculdade disponibilizasse equipamentos mínimos admitindo o acesso de deficientes visuais.

Braille N'Speak é um aparelho portátil que funciona como agenda eletrônica, editor de textos e cronômetro. Se conectado a um PC, funciona como sintetizador de voz, transmite e

recebe arquivos. Caso conectado a uma impressora comum ou Braille, imprime os textos armazenados (Nabais; Martins; Monteiro; e Galheira, 1996)

Ainda não tivemos a oportunidade de ter acesso ao Braille N'Speak, porém em conversas com pessoas com deficiência visual a respeito das novas tecnologias, mencionaram que a grande invenção facilitadora do momento é o Iphone, pois possui comandos que podem ser feitos por meio da voz, fazendo uso dos diversos recursos do dispositivo móvel.

Os autores (Nabais; Martins; Monteiro; e Galheira, 1996) mencionam que é possível encontrar também a calculadora sonora que anuncia os números, as funções e os resultados das operações efetuadas. Há um dispositivo artesanal montado em caneta Pilot, contendo célula fotoelétrica e circuito que transforma a luminosidade em som emitido por pequeno alto-falante, chama-se caneta óptica, muito útil para detecção de luz.

Há também um suporte de mesa que permite ajusta a distancia e os ângulos adequados para a leitura de livros e textos por meio da estante de leitura. Recurso direcionado para educando com baixa visão (Nabais; Martins; Monteiro; e Galheira, 1996).

2.8. Recursos Complementares

Os deficientes visuais podem fazer uso de alguns recursos complementares e mais acessíveis a maior parte da população, como a reglete e a punção, já que o uso da máquina Perkins tem um custo mais elevado. Existem régua e metros adaptados e o Sorobã (Nabais; Martins; Monteiro; e Galheira, 1996).

Máquina Perkins é uma máquina de escrever em Braille, com uma chave que corresponde a cada um dos seis pontos do código Braille, uma tecla de espaço, uma tecla de retrocesso e uma tecla de espaço de linha. É uma máquina de escrever manual, com dois botões laterais para avançar o papel através da maquina e uma alavanca de retorno. Os rolos que mantêm o avançar do papel tem ranhuras para evitar o esmagamento dos pontos levantados para criar a escrita em Braille. (Esperança, 2000).

Sorobã: É um aparelho de cálculo desenvolvido há muitos anos no Japão como uma máquina de calcular de grande rapidez e de maneira simples. Na escrita de números reside a

principal vantagem, que recomenda o sistema sorobã como método ideal de cálculo para deficientes visuais. Com alguma habilidade o deficiente visual pode escrever números no sorobã com a mesma velocidade ou até mesmo mais rápido que um vidente escreve a lápis no caderno (Esperança, 2000).

A autora desse trabalho teve a oportunidade de fazer uso do Sorobã nas aulas de matemática em uma experiência passada dentro de sala de aula. Confessa que no início parece um pouco confuso, mas a lógica de utilização do Sorabã é simples e inteligente, facilitando os cálculos das contas matemáticas.

O Sorobã está dividido em dois retângulos: um largo com quatro rodinhas em cada eixo e, outro estreito com apenas uma rodinha. Serve de separação entre os retângulos uma tabuinha chamada régua, que tem, de três em três eixos um ponto em relevo, tendo seis ao todo. É junto da régua que se escreve e que se lêem os algarismos. Para se calcular com o Sorobã, coloca-se o mesmo sobre uma mesa de modo que o retângulo largo fique mais próximo de quem vai calcular (Esperança, 2000).

O uso de caneta de ponta porosa, lápis de escrever 6B, suporte para leitura, cadernos e papéis com pautas especiais, letras ampliadas e cores contrastantes facilitam o acesso do deficiente visual e a sua socialização (Nabais; Martins; Monteiro; e Galheira, 1996).

Controle da iluminação ambiental, aumentando ou diminuindo os focos luminosos para objetos, folhas de trabalho, de textos, transmissão da luz com auxílio de lentes absorptivas e filtros que diminuem o ofuscamento e aumentam o contraste também influenciam na percepção do deficiente visual (Nabais; Martins; Monteiro; e Galheira, 1996).

Para viabilizar a execução das propostas aqui apresentadas, recomenda-se o seguinte: A criação de uma equipe técnica interdisciplinar (psicólogo, assistente social, professor, orientador vocacional) conhecedora das potencialidades e limitações das pessoas deficientes visuais; possibilidade da realização de cadastramento das pessoas com deficiência visual, contendo informações a respeito da formação, aptidão, interesse e experiência profissional das mesmas (Nabais; Martins; Monteiro; e Galheira, 1996).

Eu acredito ser fundamental a existência de uma equipe especializada para dar o suporte necessário ao educando, um professor não pode oferecer a mesma assistência que um

orientador, e um orientador, por sua vez, não pode exercer a função do professor. É necessário que o estudante seja direcionado a cada profissional de acordo com a sua necessidade.

O contato com outras universidades, objetivando verificar se a faculdade possui, em seu quadro, um histórico de acolhimento de pessoas com deficiência visual; ouvir e esclarecer as preocupações dos professores e alunos quanto a matrícula ou ajustes de pessoas deficientes visuais na universidade; realizar o levantamento das vagas existentes e analisar os requisitos de vagas e as condições de estudo; verificar dentre as vagas oferecidas aquelas compatíveis com as possibilidades de atuação das pessoas deficientes visuais; orientar os professores, orientadores, coordenadores e diretores quanto às possíveis aquisições, adaptações e utilização de recursos técnicos, ópticos e ambientais que facilitam o desempenho do deficiente visual no exercício de uma função; divulgar junto às demais faculdades a efetiva capacidade profissional das pessoas deficientes visuais (Nabais; Martins; Monteiro; e Galheira, 1996).

O trabalho de amparo ao deficiente visual deve ser em equipe, todos os profissionais juntos trabalhando em conjunto para oferecerem as melhores condições de ensino para esse estudante.

Apoio técnico na fase de adaptação do deficiente visual na universidade e acompanhamento no decorrer do processo (Nabais; Martins; Monteiro; e Galheira, 1996). Acredito que o apoio técnico pode ser um ponto muito influente na permanência do educando no ambiente escolar independente da faixa escolar que se encontra.

Propõe-se a indicação e a divulgação de cursos voltados para a formação e qualificação profissional, palestras complementares, orientação à pessoa em relação à área de atuação que tem interesse e promover ações integradoras.

Chamo a atenção para a importância da formação complementar na área do ensino especial para coordenadores pedagógicos e orientadores tanto nas escolas quanto nas universidades para um atendimento mais especializado e completo.

Outra assistência necessária ao deficiente visual é o uso de cães guia que por meio do decreto nº. 5.904, de 21 de setembro de 2006. Regulamenta a Lei nº. 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre o direito da pessoa com deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhada

de cão-guia e dá outras providências. Permite a entrada dos animais em qualquer ambiente. Quando encontrar uma pessoa com o cão guia não devemos distrair os animais de qualquer forma, tocar nos cães, tocar nos arnês ou na trela, pois só o dono o dever fazer, oferecer qualquer tipo de comida ou passear com o cão sem trela.

O trabalho do cão guia deve ser respeitado, uma vez que é de extrema importância para o dono, ao oferecer ajudar, falar primeiro com o dono e não tentar agarrar o cão (Nabais; Martins; Monteiro; e Galheira, 1996).

As pessoas com deficiência têm habilidades, dificuldade, aptidões, interesses como qualquer outra pessoa sem deficiência, porém só precisam de uma oportunidade para mostrar as suas potencialidades. É possível trabalhar na área comercial, industrial ou rural, e com os mais diversos níveis (Nabais; Martins; Monteiro; e Galheira, 1996).

Concordo com a fala descrita acima, há diversos profissionais deficientes visuais que alcançaram o conhecimento e estão apenas aguardando a oportunidade de serem chamados para uma vaga de emprego e então poder mostrar as suas habilidades.

O deficiente visual pode exercer uma profissão, pode ser um profissional autônomo ou como empresário, sendo necessárias somente ações de preparação para que cegos ou indivíduos com baixa visão consigam ter a preparação necessária para o trabalho. Os autores ressaltam a importância de estar inserido no mercado de trabalho para que o indivíduo consiga alcançar a auto-realização, independência financeira e integração social (Nabais; Martins; Monteiro; e Galheira, 1996).

Reforçando que para o deficiente visual exercer uma profissão, para os padrões atuais do mercado de trabalho, exige-se pelo menos ensino superior e cabem a nós, educadores, e aos estabelecimentos de ensino proporcionar oportunidades de capacitação para sua entrada no mercado de trabalho.

2.9. A Formação de Professores

Falar a respeito da formação dos professores é falar da formação dos estudantes de Pedagogia que para atuar com a educação de deficientes visuais necessitam de alguns atributos, porém sofrem a influencia de diversas variáveis.

Muitas áreas de ensino têm sido introduzidas nos ambientes escolares que desafiam as competências do professor (Rodrigues, 2011). Os professores são chamados a serem proficientes no trabalho e no uso de estratégias interativas.

As características citadas anteriormente são essenciais em um educador de um estudante DV. Se o professor não tiver criatividade, dinâmicas nas aulas, o aluno perde o interesse e a motivação.

O Despacho Conjunto nº. 198/99 de 15 de fevereiro decidiu que os professores de Educação Especial deveriam acumular um conjunto de saberes e competências para o seu exercício profissional: análise crítica, intervenção, formação, supervisão e avaliação (Rodrigues, 2011).

Foi assinalada acima por meio do Despacho a importância de um conjunto de saberes para a atuação docente que serve não somente para educação especial inclusiva, mas para o ensino regular também. Porém para trabalhar com educandos deficientes visuais é necessária uma formação contínua e especializada como é mencionado no trecho seguinte:

A formação inicial é um momento privilegiado, se os valores dos estudantes não forem desafiados por novos conhecimentos, novas experiências de aprendizagem e ensino, pelo contato com alunos singulares, estes alunos terão a tendência de seguir e reproduzir os valores segundo os quais eles próprios foram educados. A formação inicial ou especializada é, pois, um período de possibilidade de interrupção dessa lógica reprodutiva. (Rodrigues, 2011).

A formação continuada é uma ideia defendida pela autora Jesus (2008), pois a relação teoria-prática possibilita a construção de outra lógica de ensino, pensamento que casa com a fala de Rodrigues (2011) quando menciona a formação inicial e especializada como um momento importante para o estudante que se não perceber as particularidades dos seus educandos, será apenas mais um reprodutor de antigos valores.

O trabalho com alunos deficientes visuais possui especificidades que os outros tipos de deficiência não possuem, por isso, a necessidade de uma formação especializada e contínua para a melhor capacitação do educador.

A educação inclusiva e a formação continuada são o suporte que constitui a formação dos profissionais da educação. A continuidade da formação é o fortalecimento da qualidade da educação dos alunos no seu conjunto, contribui para o desenvolvimento profissional docente, além de propiciar a construção de novas alternativas para um trabalho que abraça a diversidade. (Jesus, 2008)

Professores capacitados são responsáveis por uma educação de qualidade aos seus alunos. Quanto maior a peculiaridade do educando, maior deve ser a nossa sensibilidade para perceber a diversidade e criar um meio alternativo de ensino e aprendizagem.

Os estudantes devem ser formados passando por estratégias e metodologias semelhantes àquelas que eles usarão como profissionais. O conhecimento de um professor sobre, por exemplo, como pode uma determinada disciplina ser ensinada de forma personalizada, é muito diferente se ele tiver tido uma experiência pessoal e bem sucedida com essa metodologia de ensino. (Rodrigues, 2011)

Ressurge a relação entre teoria e prática, os resultados serão melhores se os estudantes puderem aplicar suas metodologias e estratégias durante o seu processo de formação. E deve haver um espaço para a prática da teoria, onde muitas vezes é inexistente, se não há o exercício dessa prática acaba enfraquecendo as potencialidades do futuro docente.

O autor Rodrigues (2011) ainda afirma que ambientes criativos são os mais adequados quando se quer ensinar futuros professores a promover a criatividade nos seus futuros alunos, pois aprender por meio de estratégias, de metodologias, de climas de aprendizagens e de técnicas, tudo próximo a atividade profissional que irá exercer, é uma ferramenta eficiente para a formação de professores.

Compartilhamos da mesma ideia do autor. Um ambiente diferenciado, diversificado possibilita visualizar novas perspectivas de ensino e novos métodos de aprendizagem.

Rodrigues (2011) reforça que a formação profissional é o ponto de virada no desenvolvimento profissional do indivíduo. Os educadores têm valores, atitudes e concepções sobre a sua prática que estão sujeitos a se alterar, porém no momento do mergulho na sua

educação profissional é importante fazer uma escolha fundamentada sobre as opções profissionais para não correr o risco de ser tornar um reprodutor do que lhe foi ensinado, especialmente sobre como foi ensinado.

Segundo o autor, a alternativa é incentivar a iniciativa do estudante de Pedagogia para que seja capaz de implementar, sustentar e avaliar reformas educacionais que possam levar ao aprofundamento de valores e práticas inclusivas.

Adoção de uma atitude de investigação, postura defendida pela própria Universidade. Ser um investigador é uma estratégia de formação, onde os estudantes devem aprender a usar os dados de investigação para adquirir e construir o conhecimento de que necessitam (Rodrigues, 2011).

O futuro educador não deve esquecer-se da importância da sua intervenção. É essencial que se acredite nas possibilidades e no sucesso da Educação Inclusiva onde se deve criar e sustentar expectativas positivas e realistas a respeito dos educandos deficientes visuais.

Refletir sobre a sua própria prática é um ato de investigação que permite questionamentos sobre a qualidade das experiências vividas. A reflexão é um meio de perceber onde é preciso fazer ajustes de melhoria para a crescente adequação do ensino à aprendizagem dos educandos com dificuldades com o uso de meios não habituais para a aprendizagem (Rodrigues, 2011).

A partir do momento que o educador faz reflexões sobre a sua prática passa a enxergar caminhos alternativos e a solução de problemas casuais que podem ocorrer. E o autor Rodrigues (2011) ainda completa: devemos sempre nos lembrar de cuidar da nossa formação para que não fiquemos ancorados em ideias preconcebidas.

Precisamos de professores que, com o conhecimento, adequado, com atitudes positivas e com um compromisso possam levar adiante a reforma da Educação Inclusiva. Para isso precisamos que a Educação Inclusiva chegue aos cursos de formação de professores. Precisamos de cursos desenvolvidos sob valores inclusivos para formar professores de Educação Inclusiva (Rodrigues, 2011)

Diante do trecho citado pelo autor Rodrigues (2011), podemos concluir que não há Educação Inclusiva sem professores capacitados adequadamente, educadores hábeis para ensinar e aprender com educandos deficientes visuais.

CAPÍTULO III

MEDOTOLOGIA

Este capítulo aborda o desenvolvimento do processo metodológico da pesquisa referente à formação dos estudantes do curso de Pedagogia em relação à educação de alunos com deficiência visual, analisando se o estudante de Pedagogia se sente preparado para receber um deficiente visual em sua sala de aula e se a sua formação aprecia as abordagens necessárias para atuar com esse educando. Além disso, definimos questões a respeito da acessibilidade do deficiente visual.

3.1. Método

A metodologia possui abordagem quantitativa, pois os dados representam um público específico, além da aplicação de questionário estruturado que proporciona respostas objetivas, os resultados dos dados são descritos de forma narrativa e o ambiente natural é fonte de coleta de dados, utilização do enfoque indutivo na análise dos dados, ou seja, realização de generalizações de observações limitadas e específicas pelo pesquisador. A abordagem também é caracterizada como quantitativa pela ausência de interação direta entre entrevistador e entrevistado (Terence e Filho, 2006).

O processo se iniciou com uma visita à Faculdade de Educação (FE) da Universidade de Brasília (UnB), nesse caso utilizamos a observação não participante onde são analisadas as estruturas físicas da faculdade, incluído o Laboratório de Apoio ao Deficiente Visual (LDV), verificando as formas de acessibilidade para deficientes visuais.

Para investigar a temática em foco, utilizaremos da observação não participante onde são analisadas as estruturas físicas da Faculdade, incluindo o Laboratório de Apoio ao Deficiente Visual (LDV), com o intuito de verificar as formas de acessibilidade para deficientes visuais.

A pesquisa apresentada envolve a temática acessibilidade do deficiente visual na educação superior e formação de estudantes do curso de Pedagogia tendo como ambiente de pesquisa a Faculdade de Educação (FE) da Universidade de Brasília (UnB).

As questões norteadoras deste trabalho tiveram o intuito de averiguar se a formação do estudante do curso de Pedagogia contempla as questões direcionadas para a educação dos educandos com deficiência visual? A formação do estudante do curso de Pedagogia prepara-os para receber na sua atividade pedagógica o aluno deficiente visual?

As perguntas foram realizadas por meio de um questionário semiaberto via internet utilizando o site Survey Monkey.

Não há termos de consentimento livre e esclarecido assinados, pois os questionários foram aplicados e respondidos via online. Mesmo assim a identidade de todos os participantes está preservada, com o único intuito de uso específico das informações para a pesquisa realizada.

Informamos aos entrevistados a respeito da finalidade da coleta de dados e nos propomos a apresentar o resultado da pesquisa caso desejassem.

3.2. Procedimento de seleção dos participantes

Todos os participantes da pesquisa deveriam ser obrigatoriamente estudantes do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação. Os questionários foram enviados, via online, porém com foco nos estudantes que estavam prestes a concluir o curso, ou seja, alunos formandos.

3.3. Procedimento de contato com os participantes

A tentativa de contato com os participantes foi feita via e-mail, endereço eletrônico, entretanto não houve retorno, a abordagem seguinte foi por meio de mídias sociais.

A pesquisa elaborada foi explicada aos participantes de modo claro e objetivo, assegurando o seu anonimato e proposto que eles respondessem as questões relacionadas á acessibilidade de estudantes com deficiência visual na Faculdade de Educação.

3.4. Procedimentos de coleta de dados

Foram encaminhados e-mails individuais com o questionário acessível por meio de um hiperlink que ao ser clicado, o participante era direcionado ao formulário de perguntas presente no site Survey Monkey.

A mensagem continha as seguintes informações: “Olá, meu nome é Jéssica Morrone, sou estudante de Pedagogia da UnB, o meu tema é “A Acessibilidade do Deficiente Visual na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília”, orientada pela professora Teresa Cristina Siqueira Cerqueira e por meio dessa mensagem, peço por gentileza que, se possível, responda ao questionário para a utilização em minha pesquisa. Agradeço pela atenção. Jéssica Morrone. A mesma mensagem foi encaminhada por meio das mídias sociais.

Os questionários respondidos eram automaticamente registrados no site no Survey Monkey, mantendo o anonimato de cada participante.

Houve a colaboração voluntária de 25 (vinte e cinco) participantes à pesquisa, todos eram estudantes do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação/UnB.

A opção de utilizar um questionário semiaberto aberto ao invés de outro instrumento de pesquisa foi pela falta de oportunidade de interação do pesquisador com o participante.

3.5. Procedimentos de organização, tratamento e análise de dados

Os dados obtidos por meio dos questionários foram analisados e dialogados com as falas dos autores utilizados no referencial teórico.

CAPÍTULO IV

ANALISE DE RESULTADOS

4.1. Contexto da Pesquisa

O lócus da pesquisa foi na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília que é composta por três prédios nomeados de FE-1 (Faculdade de Educação 1) que se encontra ao lado da FE-3 (Faculdade de Educação 2) e ambos se encontram atrás, segunda a perspectiva do mapa anexado na pág. 104 desse trabalho, da FE-5 (Faculdade de Educação 5).

A Faculdade de Educação ocupou lugar de destaque no plano original da UnB, inclusive numa concepção de educação que envolvia as tecnologias de comunicação e informação, segundo o próprio ⁸site da Faculdade. A FE adota, ainda, uma ligação essencial com a história desta universidade: ocupa os três primeiros prédios construídos no campus, FE-1, FE-3 e FE-5, onde funcionaram os primeiros cursos e onde se encontra o auditório destinado às solenidades acadêmicas, o Auditório Dois Candangos que está localizado na FE-5.

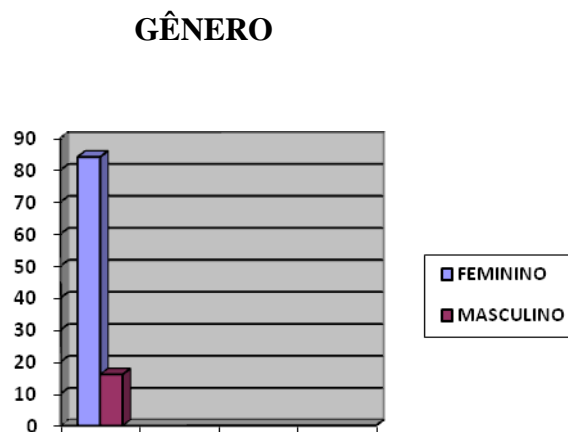
Para realizar a pesquisa foi aplicado um questionário online através do site Survey Monkey e como já foi dito anteriormente, as questões levantadas têm o intuito de averiguar se a Faculdade de Educação está preparada para receber educandos com deficiência visual. Identificar se a formação dos estudantes do curso de Pedagogia contempla aprendizagens direcionadas para a educação de alunos com deficiência visual e ainda verificar se o estudante de Pedagogia se sente preparado para receber um deficiente visual em sua sala de aula.

O questionário foi semiaberto, possibilitando que os participantes pudessem expor a sua opinião em algumas perguntas e todas as respostas foram consideradas. A escolha da utilização do questionário ao invés de fazer uso de qualquer outro tipo de instrumento de pesquisa foi pensando no conforto do participante que em qualquer hora do dia e em qualquer local poderia estar respondendo às perguntas.

⁸ Site: sítio/endereço eletrônico.

4.2. Análise de Resultados

Antes da apresentação da análise de resultados, apresentaremos o perfil demográfico dos participantes. Participaram da pesquisa vinte e cinco estudantes do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Deste total, vinte e um são do gênero feminino, correspondendo a 84% da amostra e quatro do gênero masculino correspondendo a 16%.



(Gráfico 1)

Observa-se que no curso de Pedagogia a grande parte dos estudantes é do gênero feminino, justifica-se assim, a prevalência desse gênero na pesquisa. Alguns autores auxiliam na compreensão da procura de mulheres pelo curso de Pedagogia.

Com a expansão capitalista percebemos que houve uma maior demanda para que a mulher se inserisse no mercado de trabalho como força produtiva e como geradora de capital. A mulher também demandou por sua participação em outros domínios sociais que não fosse somente o privado. As representações e vivências dos papéis considerados válidos para homens e mulheres entram em choque, já que o conjunto de valores internalizados entram em conflito. (Gontijo, 2010)

A massa feminina está se inserindo no mercado de trabalho, porém notamos que algumas profissões são escolhidas (ou será determinadas?) como sendo ideal para elas. Profissões como Enfermagem, Magistério, Pedagogia são pensadas como uma extensão do lar. Um espaço de trabalho considerado como possível de conciliação entre a vida pública e privada da mulher. (Gontijo, 2010)

O ingresso na Pedagogia é atribuído por elas a condição econômica, identificada pelo déficit nos estudos, já que todas vinham de escolas públicas, o tempo restrito para estudar e a falta de oportunidades para a entrada da classe trabalhadora na academia, especialmente para as mulheres. Percebiam a Pedagogia como uma das poucas possibilidades para que elas pudessem cursar o nível universitário, à medida que consideravam a entrada no curso relativamente fácil, condizente com suas imagens sobre si mesmas. (Gontijo, 2010)

Não foram realizadas pesquisas para medir as condições econômicas das estudantes da FE, porém em conversas informais, escuta-se o relato acima descrito, no qual a forma mais fácil de ingresso na Faculdade era por meio do curso de Pedagogia. Além disso, muitas alunas casadas também relatam informalmente que só estão no curso porque grande parte do público é do gênero feminino e não causaria desconforto ao seu cônjuge, fato enfatizado pela autora (Gontijo, 2010) no trecho: “*A entrada na academia se constitui para essas alunas como uma etapa nova em suas vidas, indicando momentos de conflito em relação à escolha do curso e decepção pela sua condição de mulher – oprimida e submissa, que as levaram a essa escolha*”.

Conceituar gênero é trilhar um caminho que ainda está sendo construído tanto nas discussões políticas quanto teóricas, associado ao estudo dessas relações entre mulheres e homens pelas Ciências Humanas com o intuito de compreender a multiplicidade de identidades femininas ao longo da História. Em seguida veremos alguns conceitos e explicações que norteiam essa definição ou contextualização. (Santos, 2009)

Segundo a autora Santos (2009), o conceito de gênero surgiu para ir contra a visão que dá ênfase as diferenças biológicas, que acaba por naturalizar a dominação masculina. É comum que no cotidiano as pessoas tomem essas diferenças biológicas como forma de justificar as diferenças sociais, mas, só que diferença não é sinônimo de discriminação.

A discriminação é visível principalmente para a minoria de estudantes do gênero masculino que optam pelo curso de Pedagogia justamente por essa marca social que apenas mulheres devem frequentar.

Desde cedo meninas e meninos passam por uma educação que retrata os valores da sociedade em que estão inseridos. Esses valores vão sendo carregados por eles em todos os espaços, e à escola tradicionalmente tem sido utilizada para propagar essas regras e padrões de comportamentos dominantes, principalmente no que diz respeito a papéis sociais, fazendo

com que prejudique o desenvolvimento das pessoas impedindo a ampliação da capacidade e a autonomia das mesmas. (Santos, 2009)

Questionamentos a respeito do gênero é um tema frequente e que dever ser constantemente discutido a respeito de práticas e preconceitos de gênero na conjuntura educacional atual.

Nota-se que a maior parte dos estudantes são muito jovens e se encontram na faixa etária de 18 a 22 anos de idade correspondendo a 60% do total de participantes, enquanto 32% possuem entre 23 e 26 anos e a minoria com 8% possui de 27 a 30 anos.

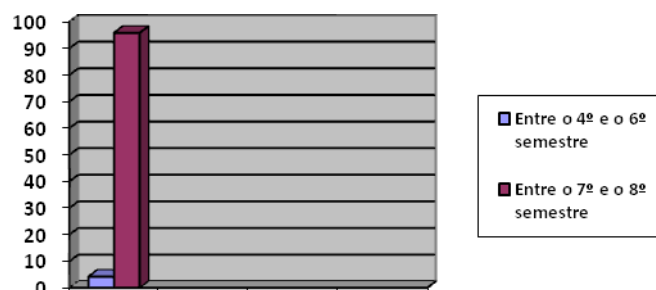
FAIXA ETÁRIA



(Gráfico 2)

Portanto a formação precisa ser mais cuidadosa, pois a responsabilidade desse jovem na formação de crianças e adolescentes requer maturidade e conhecimentos.

SEMESTRE



(Gráfico 3)

Uma pessoa não respondeu a questão referente ao semestre que está cursando. Não houve participação de estudantes entre o primeiro e o terceiro semestre e somente a participação de um estudante cursando entre o 4º e 6º semestre correspondendo a 4,2%, com a maioria representando 95,8% de alunos cursando entre o 7º e o 8º semestre.

A procura por estudantes nos últimos semestre do curso é para analisar a visão do futuro educador em relação à educação do deficiente visual, como esse jovem está saindo da universidade e como é a perspectiva em relação ao tema abordado.

Diante do relatado anteriormente, percebe-se que a exigência social para o alcance de responsabilidades adultas por meio do ingresso no mercado de trabalho é trocada pela exigência de maior qualificação para esse ingresso, seja em virtude das mudanças técnico-organizacionais ocorridas, seja pela incapacidade da sociedade de lidar com o grande contingente de futuros jovens desempregados (Margulis,2001; Sanchis, 1997).

Relacionando os dois gráficos acima (2 e 3) podemos concluir que os alunos formandos encontram-se na faixa etária de 18 a 22 anos de idade, ou seja, cada vez mais jovens estão ingressando no mercado de trabalho e muito deles não estão preparados para atuarem no ambiente escolar.

A exigência de maior qualificação e a necessidade de especialistas para lidar com a adoção de novas tecnologias e formas de gestão contribuíram para o surgimento de novos cursos de pós-graduação nas universidades. Dessa forma, não sendo suficiente concluir o ensino médio e/ou superior, o período de preparação para a vida adulta vem se tornando cada vez mais longo.(Borges; Melo, 2007)

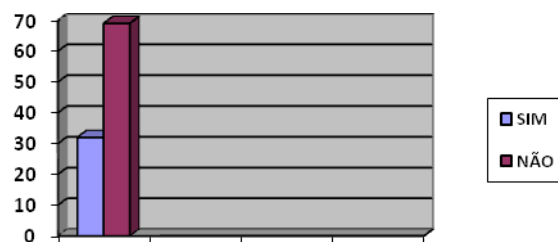
Os estudantes que estarão se formando agora, estarão preparados para atuar com educandos deficientes visuais? A transição da universidade para o mercado de trabalho é uma das trajetórias centrais para os jovens no caminho da construção da vida adulta. Para Sant'Ana (2005), a perda da condição de aluno e do apoio da escola, a perda da influência da família, pela necessidade de o indivíduo construir uma identidade própria, a falta do *status* de trabalhador e do apoio da empresa – podem produzir sentimentos de impotência, de insegurança, de apatia e de desorganização, e, por conseguinte, de adoecimento, de comportamentos antissociais ou de fuga da realidade, caso o jovem não esteja preparado e apoiado para a aquisição do *status* de cidadão ativo e produtivo.

Como Sanchis (1997), Gazo-Figuera (1996) entende que a universidade deve assumir um papel de apoio ao estudante para facilitar a inserção no mercado de trabalho.

Esse apoio para a entrada no mercado de trabalho consiste em garantir a segurança do estudante formando, criando uma estrutura de informação que permita aos jovens terem uma atuação mais madura no campo educacional, principalmente na educação especial inclusiva.

Quando perguntados sobre a formação recebida no curso, se essa contemplava a aprendizagem direcionada para a educação de alunos deficientes visuais, em resposta a questão acima, oito pessoas responderam “SIM” referente a 32% e os dezessete restantes responderam “NÃO” correspondendo a 69%.

A SUA FORMAÇÃO CONTEMPLA A APRENDIZAGEM DIRECIONADA PARA EDUCAÇÃO DE AUNOS DEFICIENTES VISUAIS?



(Gráfico 4)

Existem estudantes que acreditam que a instituição pública onde cursam a educação superior é capaz de proporcionar aos seus alunos a formação adequada e completa a respeito da educação de alunos deficientes visuais. Porém, a sua maioria não crê que a faculdade proporciona a devida formação para que se formem contendo as informações necessárias para a educação de deficientes visuais.

Conforme os entrevistados relatam nas suas respostas, a educação de um estudante com deficiência visual necessita de procedimentos e recursos especializados, além de uma formação específica dos profissionais que trabalharão com esses estudantes. É justamente essa formação específica que estamos à procura, a oferta para alunos que têm interesse na

educação especial inclusiva e não somente para a deficiência visual, mas para a deficiência física, intelectual, auditiva, entre outros.

É sabido que os fundamentos teórico-metodológicos da inclusão escolar centraliza-se numa concepção de educação de qualidade para todos, no respeito à diversidade dos educandos. Assim, em face das mudanças propostas, cada vez mais tem sido reiterada a importância da preparação de profissionais e educadores, em especial do professor de classe comum, para o atendimento das necessidades educativas de todas as crianças, com ou sem deficiências. (Sant'Ana, 2005)

Necessitamos que sejam oferecidas oportunidades de experiências e várias habilidades para serem trabalhadas. A oferta de cursos profissionalizantes é uma oportunidade para melhorar a capacitação dos docentes.

A autora (Sant'Ana, 2005) revela que estudos recentes sobre a atuação do professor em classes inclusivas apontam que o sucesso de sua intervenção depende da implementação de amplas mudanças nas práticas pedagógicas, quais sejam: a adoção de novos conceitos e estratégias, como a educação cooperativa; a adaptação ou (re) construção de currículos; o uso de novas técnicas e recursos específicos para essa clientela; o estabelecimento de novas formas de avaliação; o estímulo à participação de pais e da comunidade nessa nova realidade social e educacional.

Lembrando que essa atividade não é isolada e exclusiva do professor, o docente deve contar com o apoio da coordenação e da direção na elaboração de novas estratégias educacionais.

Na medida em que a orientação inclusiva implica um ensino adaptado às diferenças e às necessidades individuais, os educadores precisam estar habilitados para atuar de forma competente junto aos alunos inseridos, nos vários níveis de ensino (Sant'Ana, 2005).

Diante dessa situação, a autora sugere que os professores sejam instrumentalizados a fim de atender às peculiaridades apresentadas pelos alunos.

Apesar de a necessidade de preparação adequada agentes educacionais estar preconizada na Declaração de Salamanca (Brasil, 1994) e na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Brasil, 1996) como fator fundamental para a mudança em direção às escolas integradoras, o que tem

acontecido nos cursos de formação docente, em termos gerais, é a ênfase dada aos aspectos teóricos, com currículos distanciados da prática pedagógica, não proporcionando, por conseguinte, a capacitação necessária aos profissionais para o trabalho com a diversidade dos educandos. (Sant'Ana, 2005)

A fala acima afirma uma das grandes insatisfações relatadas informalmente em conversas cotidianas pelos estudantes de Pedagogia, a falta de ligação da teoria e da prática. Do que adianta abordar aspectos teóricos voltados para a educação especial se não o aplicamos? Saber a teoria não resolverá os problemas reais do educando DV.

Para Sant'Ana (2005), o professor precisa ser ajudado a refletir sobre a sua prática, para que compreenda suas crenças em relação ao processo e se torne um pesquisador de sua ação, buscando aprimorar o ensino oferecido em sala de aula.

A formação implica um processo contínuo, o qual precisa ir além da presença de professores em cursos que visem mudar sua ação no processo ensino e aprendizagem. Durante os cursos de capacitação, necessita-se de supervisão e avaliação realizada de forma integrada e permanente (Sant'Ana, 2005).

Os professores devem estar constantemente se atualizando sobre as novas metodologias e abordagens pedagógicas para todo tipo de educando. Não é possível estar preparado para todas as diferenças, mas devemos estar abertos às adversidades sempre buscando a solução que melhor atenderá ao seu aluno.

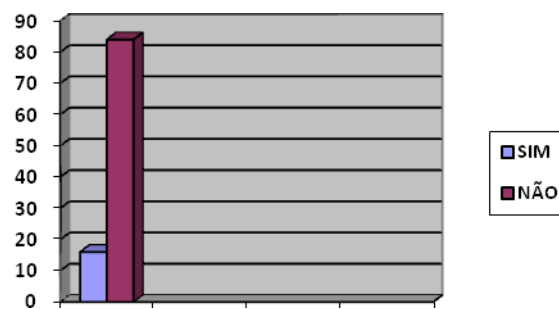
O acesso e a inclusão educacional envolvem a participação de todos os membros da equipe gestora com a presença dos docentes, diretores e funcionários, um auxiliando o outro no planejamento de ações e programas voltados para a temática. Embora cada profissional tenha a sua função, agir coletivamente levará para a efetiva inclusão. A autora (Sant'Ana, 2005) ressalta novamente a importância da continuidade profissional e o aprofundamento.

Mesmo a Faculdade oferecendo oportunidades de experiência do campo da educação especial, cabe a cada estudante depois da conclusão do curso dar continuidade aos seus estudos e buscar a sua própria melhoria e qualificação profissional.

Ao serem questionados se acreditam que a Faculdade de Educação está preparada para receber educandos deficientes visuais vinte e um estudantes (84%) não acreditam que a Faculdade de Educação esteja preparada para receber educando com deficiência visual,

enquanto quatro alunos (16%) afirmam que a Faculdade tem possibilidade de receber DVs. Aos que responderam que não há condições de receber esses estudantes, apenas vinte alunos justificaram a sua resposta.

VOCÊ ACREDITA QUE A FACULDADE DE EDUCAÇÃO ESTÁ PREPARADA PARA RECEBER EDUCANDOS DEFICIENTES VISUAIS?



(Gráfico 5)

Através das respostas, podemos dividir em três categorias de acordo com justificativa a respeito do porque não acreditam que a Faculdade esteja preparada para receber estudantes deficientes visuais: (1) Falta de recursos adaptados, (2) Estrutura física irregular e (3) Falta de capacitação profissional.

Categoria (1) - Falta de Recursos Adaptados

Neste grupo foram registradas as falas sobre a falta de recursos adaptados, sinalização, material de apoio pedagógico, entre outros.

⁹(P1) “*Os recursos e metodologias utilizados em sala de aula não seriam adequados para receber deficientes visuais, a meu ver*”.

(P2) “*Porque não tem nenhuma acessibilidade ao educando deficiente visual. Como por exemplo, pouca placa com braile*”.

⁹ P é referente à palavra “PARTICIPANTE”.

(P3) *“Materiais didáticos em braile”*.

(P4) *“Apesar dos escaninhos e algumas salas terem inscrição em Braille, acredito que caso algum aluno seja incluído com deficiência visual a faculdade terá que adaptar os textos em mídia ou braile”*.

(P5) *“Não tem facilidade de acesso ou material de apoio”*.

(P7) *“Disponibilidade de materiais”*.

(P15) *“Nem todos os avisos e painéis expostos na faculdade possuem a "tradução" em braile, pelo menos os que são expostos ao público”*.

Baseado nas respostas dos participantes e como já comentado no capítulo I se nota a importância do acesso ao material adaptado, com textos táteis impressos em Braille, softwares leitores de tela, sintetizadores de voz, entre outros recursos disponíveis no mercado. Se o deficiente visual não tem o acesso à informação. Não somente barreiras arquitetônicas, mas também barreiras nos recebimentos de mensagens, impedindo a comunicação acessível. E o mesmo aplica-se à educação, educando que não tem acesso ao ensino, não aprende.

Por meio desses recursos de acessibilidade existentes é possível favorecer a comunicação, participação e aprendizagem de pessoas com deficiência na educação superior. E a falta desses recursos pode causar um prejuízo incalculável no processo de ensino e aprendizagem desse educando que passa a se sentir desestimulado, aumentando as chances de desistência.

A pessoa com deficiência tem o direito de acesso a recursos especiais para garantir o seu bem-estar e desempenho da função ou atividade a ser exercida, no caso de um estudante deficiente visual, deve possuir condições necessárias para a realização dos seus estudos. Além de possibilitar a sua integração com os outros estudantes do curso.

Embora tenha sido relatado que não há recursos adaptados, a Faculdade já possui algumas sinalizações traduzidas para o Braille como os nomes dos professores nos escaninhos, por exemplo.

Destaque para a fala do **(P1)** que além de mencionar os recursos, também faz referência às metodologias utilizadas dentro de sala de aula. A metodologia, neste caso, é

referente sobre como as aulas são ministradas e de acordo com o participante, não são direcionadas para estudantes deficientes visuais. Então qual seria a melhor metodologia de ensino para um deficiente visual?

A estimulação deve ser feita desde os primeiros dias de vida para auxiliar no desenvolvimento das potencialidades daquela criança onde o primeiro estímulo deve ser feito no hospital ainda (Carvalho, 2006).

Quando o educando é totalmente cego há a possibilidade que ele enxergue a claridade ou cores, e o cego não nasce com a audição aguçada, o nosso papel, como pedagogos, é trabalhar para que esses sentidos se desenvolvam e quanto mais cedo começar a estimulação, melhor. (Carvalho, 2006)

A estimulação pode ser feita utilizando materiais produzam algum ruído sonoro, a utilização de miniaturas, peças com diversas formas geométricas, cantigas que façam uso do movimento do corpo, entre outros. Informações obtidas através da experiência de estágio com crianças deficientes visuais, realizada pela autora desse trabalho.

Categoria (2) – Estrutura Física Irregular

O grupo presente é referente aos aspectos físicos, infraestrutura da Faculdade de Educação.

(P1) *“Além da acessibilidade da faculdade, que não é adequada”.*

(P3) *“Ainda faltam ser eliminadas muitas barreiras arquitetônicas para facilitar o acesso e permanência de um aluno deficiente visual na FE, como o piso tátil, calçadas em boas condições”.*

(P4) *“Ainda será necessário mudar a questão da estrutura física: sinalização no chão e etc”.*

(P5) *“Falta acessibilidade”.*

(P6) *“Nossos prédios não são adaptados para receberem pessoas com necessidades especiais”.*

(P7) *“Pela estrutura física”*.

(P8) *“A FE ainda não tem estrutura para receber educandos com deficiência visual”*.

(P9) *“Inacessibilidade física”*.

(P10) *“As instalações da faculdade são muito precárias e não há sinalizações para que pessoas com deficiência visual possam circular sem riscos por ela”*.

(P11) *“Não sei como seriam as aulas, mas o próprio espaço físico da FE não é acessível, muitas escadas e desníveis”*.

(P12) *“A estrutura física da faculdade de educação é antiga, as rampas não proporcionam segurança aos deficientes e os demais espaços não são adequados para recebê-los”*.

(P13) *“Em nível arquitetônico não. Porém, contamos com o LDV para preparação dos materiais acessíveis”*.

(P14) *“A FE não tem equipamentos nem as instalações necessárias para receber deficientes visuais”*.

(P15) *“O acesso ao subsolo só é possível pela escada, dificuldade enfrentada tanto por deficientes visuais, quanto físicos”*.

(P16) *“Infraestrutura para receber esses educandos”*.

(P17) *“O acesso é complicado, e muitas aulas interessantes acontecem na ¹⁰ludoteca, que fica no subsolo e não tem como um cadeirante chegar. É um absurdo uma faculdade de educação não ter essa consciência, e querer ensinar na prática que se deve ter essa consciência”*.

Mesmo sendo comentado que não há adaptações físicas para deficientes visuais, nas FEs 3 e 5 encontramos rampas, embora sem o corrimão, mas auxiliam o percurso do DV.

O LDV mencionado pelo (P13) é o Laboratório de Apoio ao Deficiente Visual, localizado na FE5, o qual foi perguntado a respeito sobre o funcionamento e atendimento aos

¹⁰ Ludoteca é uma sala de aula localizada no andar subterrâneo da FE 3.

educandos deficientes visuais, e me disseram que apenas fazem a transcrição dos textos em Português para o Braille e que não há atendimento direto com o público.

Segundo o capítulo III do Decreto nº 5.2696 de 2004 estão descritas as condições de gerais da acessibilidade. Considera-se acessibilidade, condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação para as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

“Barreira” é qualquer obstáculo que impeça a pessoa de usufruir daquele local. Infelizmente já presenciamos deficientes visuais na Faculdade de Educação solicitando ajuda para chegar ao Auditório Dois Candangos porque os pisos são muito irregulares, não há barra de apoio nas rampas e não há nenhuma sinalização ou indicação (ABNT NBR 9050, 2004).

Algumas barreiras arquitetônicas podem ser percebidas na Faculdade de Educação, como foi mencionado. Há ainda as barreiras nas comunicações e informações que são qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos dispositivos, meios ou sistemas de comunicação, sejam de massa ou não (ABNT NBR 9050:2004).

Não possuir sinalização e identificação é uma forma de barreira de acesso à informação e comunicação, ou seja, tornando o ambiente inacessível.

O conceito da palavra “barreira” foi utilizado com o intuito de esclarecer o que pode impedir a mobilidade do deficiente visual. Barreira é qualquer obstáculo que impeça a pessoa de usufruir daquele local. Infelizmente já presenciamos deficientes visuais na Faculdade de Educação solicitando ajuda para chegar ao Auditório Dois Candangos, pois os pisos são muito irregulares, não há barra de apoio nas rampas e não há nenhuma sinalização ou indicação.

As adaptações dos prédios devem seguir as normas da ABNT NBR 9050 (2004). Falando de barreiras físicas, muitas dificultam à mobilidade do deficiente visual e a circulação com segurança, como por exemplo, pisos irregulares, a falta de pisos táteis, ausência de barras de apoio nas escadas e nas rampas, sinalizações em Braille em todos os prédios e em todo tipo de placa de aviso.

Quanto à construção e reforma de estabelecimentos de ensino, como foi mencionado no capítulo I desse trabalho, deverá ser observado o atendimento as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT relativas à acessibilidade.

As condições de acessibilidade e educação inclusiva não são as mesmas em todos os países. Mas independentemente da localidade, toda escola inclusiva deve receber qualquer suporte extra requerido para assegurar uma educação efetiva (Declaração de Salamanca, 1994).

Categoria (3) - Falta de Capacitação Profissional

Este grupo relata as falas dos participantes relativas à formação docente.

(P3) *“Professores capacitados para proporcionar a esse aluno um bom ensino”*.

(P7) *“Pelo preparo do corpo docente”*.

(P15) *“Acho que não temos profissionais suficientes para lidar com este público”*.

(P16) *“Falta preparo dos profissionais”*.

(P17) *“Professores não capacitados”*.

Embora o curso de Pedagogia não ofereça uma formação específica, há disciplinas voltadas para as necessidades educacionais especiais dos educandos vistas de uma forma geral que aborda quase todas as deficiências.

De acordo com a separação das respostas por grupos, podemos concluir que muitas pessoas associam acessibilidade apenas aos que estamos vendo, às estruturas físicas. E também comprova que não tem como falar de material didático adaptado sem professor capacitado para manusear esse recurso, sem desvincular com o espaço físico para circulação e salas de aula adequadas.

Grande parte das questões levantadas pelos estudantes é a estrutura arquitetônica inadequada dos prédios da Faculdade de Educação e a falta de capacitação profissionais dos

docentes, além de material de didático não disponível em Braille, mesmo com o apoio do LDV que muitas vezes está com muita demanda.

É quase impossível classificar uma resposta em uma única categoria porque elas se relacionam entre si e os estudantes de Pedagogia possuem essa noção, essa ligação que há entre os fatores e que não tem como só ter recursos adaptados ou material acessível ou só espaço físico regularizado ou só professores capacitados. Tudo isso tem que ser um conjunto e não tem como trabalhar só com um ou outro.

ao descrever o processo de implantação de uma proposta de educação inclusiva na rede pública de uma capital da Região Nordeste do Brasil, realizou entrevistas com 30 pessoas (entre professores, diretores, supervisores e técnicos), em cinco escolas municipais desse município, com o objetivo de conhecer as dificuldades e as condições necessárias à realização da proposta. A autora verificou que entre as principais dificuldades encontradas estão às mesmas existentes em qualquer escola pública brasileira, a saber: formação insuficiente dos professores, baixos salários, falta de apoio pedagógico, infraestrutura e condições de trabalho precárias. Além disso, constatou que as dificuldades apontadas pelos professores referem-se à atuação com a totalidade dos alunos, e não apenas com os que apresentam algum tipo de deficiência. Por último, a autora ressaltou a necessidade de os professores serem orientados a partir de fundamentos teórico-práticos, para que possam modificar práticas e métodos de ensino, com o objetivo de propiciar um ensino de qualidade para todos. Castro (1997)

O trecho descrito acima coincide com os relatos registrados pelos estudantes que participaram da pesquisa. Há três itens que não foram citados nas falas dos participantes, mas com certeza tem grande influência que é a questão do salário, o apoio pedagógico e não apenas infraestrutura inadequada para os estudantes, mas para os professores também que possuem condições difíceis de trabalho.

A preparação profissional é essencial e é necessário que se ofereça cursos de profissionalização e treinamentos, ou então, fornecer e oferecer recursos de habilitação profissional na própria Faculdade. Isso sempre visando ampliar a capacidade e habilidade profissional dos docentes, tornando assim mais fácil sua interação com os educandos deficientes visuais.

Defendendo essa ideia, Sant'Ana (2005), diz que a capacitação de docentes deve ser tanto para os mais experientes quanto para os que estão ingressando no mercado de trabalho agora. A falta de profissionais habilitados dificulta a implantação da educação inclusiva, as

salas de aula são irregulares para atender às necessidades dos estudantes com deficiência visual, além da infraestrutura adequada e as condições do material pedagógico.

Além disso, destacamos duas falas que se diferenciaram das demais:

(P2) “*Não tem acesso a um cão guia*”.

Não há acesso ou não é permitido? Duas falas mencionadas no início desse trabalho e transcritas novamente:

De acordo com o Decreto nº. 5.904, de 21 de setembro de 2006, regulamenta a Lei nº. 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre o direito da pessoa com deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhada de cão-guia e dá outras providências. Permite a entrada dos animais em qualquer ambiente. Quando encontrar uma pessoa com o cão guia não devemos distrair os animais de qualquer forma, tocar nos cães, tocar nos arnês ou na tela, pois só o dono o dever fazer, oferecer qualquer tipo de comida ou passear com o cão sem trela.

O trabalho do cão guia deve ser respeitado, uma vez que é de extrema importância para o dono, ao oferecer ajudar, falar primeiro com o dono e não tentar agarrar o cão (Nabais; Martins; Monteiro; e Galheira, 1996).

Não são somente os alunos totalmente cegos que merecem a atenção da Faculdade, mas também os alunos que possuem outros níveis de limitação na visão ou até mesmo os que possuem visão subnormal que exigem outros métodos de adaptação dos recursos utilizados.

Quando perguntamos se é possível uma pessoa com deficiência visual alcançar o ensino superior todos os participantes (100%) responderam “SIM” para essa pergunta. É um satisfatório resultado saber que todos os entrevistados e futuros educadores acreditam que pessoas com deficiência têm a possibilidade de alcançar o ensino superior.

É necessário ter uma atitude positiva frente à inclusão de educandos com deficiência visual na educação superior. Se não possuímos profissionais para atender a esses estudantes, estamos construindo dificuldades para o acesso do educando deficiente visual à educação de qualidade.

Muitos deficientes no decorrer de sua trajetória, por suas dificuldades e limitações, no processo de escolha, optam por desistir de seus próprios sonhos, muitas vezes porque algumas pessoas acabam transmitindo a eles a ideia de que eles são incapazes de fazer o que querem. A maior parte dos deficientes não se imagina com um futuro próspero, com uma boa profissão. Na verdade só o ato de ter uma profissão, por menor que seja, para alguns já é uma grande vitória em suas vidas. (Nabais; Martins; Monteiro; e Galheira, 1996)

A deficiência visual não pode ser vista como um fator limitante. A educação de alunos com necessidades educacionais especiais busca a independência desses educandos e é uma área que exige criatividade por parte dos professores para estabelecer novas metodologias e meios alternativos de ensinar esses estudantes especiais.

O papel da Faculdade começa a partir desse ponto. Deve ser capaz de habilitar qualquer estudante, com deficiência ou não, a adquirir competências para exercer uma profissão e alcançar maturidade social e profissional.

Independentemente de ter ou não uma necessidade especial o processo de escolha de um curso de nível superior, de uma profissão requer uma análise cautelosa do sujeito e do mercado, seus sonhos, suas opções, suas limitações, suas possibilidades, sua história, sua realidade. No caso dos deficientes ainda há que se levar em conta o modo como sua deficiência/diferença vai afetar na sua futura profissão a ser processada e escolhida. (Nabais; Martins; Monteiro; e Galheira, 1996)

Como podemos observar a legislação brasileira apresenta grandes avanços, ao dispor sobre a inclusão social das pessoas com deficiência no âmbito do trabalho, assim como em outros. No entanto, há muito a percorrer para que as leis sejam implementadas e respeitadas. Sua prática se depara com obstáculos decorrentes de uma história de preconceitos, equívocos e dúvidas sobre a capacidade dessas pessoas. (Nabais; Martins; Monteiro; e Galheira, 1996)

Cabe, portanto, sobretudo às escolas (e universidades) levar os deficientes a um desenvolvimento pessoal e à socialização, oferecendo também um olhar amplo sobre as várias questões que envolvem o mundo do trabalho. É realmente importante, fundamental que as pessoas com deficiência conheçam suas aspirações, limitações e, a partir daí, construam o conhecimento necessário para integrá-lo na vida prática. Por esta razão, faz-se necessário oferecer programas que procurem sondar e analisar os interesses e aptidões e, a partir disto, orientar na escolha da profissão. (PFEIFER)

O espaço universitário possui justamente esse propósito, oferecer possibilidades de capacitação para seus estudantes, com deficiência ou não.

Por meio de uma pesquisa realizada pelos autores (Masini; Bazon,2011):

A maioria dos alunos considerou a importância de aceitar a deficiência, possuir força de vontade para enfrentar as dificuldades e ter atitudes em direção à autonomia. Entre as atitudes foram citadas: locomover-se sem ajuda, andando de ônibus e metrô possuindo deficiência visual; empenhar-se nos estudos, procurando materiais e pedindo ajuda aos colegas; procurar um trabalho; utilizar os recursos sociais oferecidos à pessoa com deficiência como transporte gratuito, biblioteca com livros em braile.

O desenvolvimento da autonomia é essencial para qualquer ser humano. A capacidade de realizar qualquer tarefa sozinho sem a ajuda de outra pessoa é de grande importância para uma pessoa com deficiência visual. Em uma conversa não formal com um deficiente visual o mesmo relatou que a simples possibilidade de utilizar um telefone celular com a tela sensível ao toque (Iphone) é muito significativo para ele.

Segundo os autores (Masini; Bazon,2011) o que ainda dificulta a inclusão é a falta de aceitação das outras pessoas e o preconceito social. Os deficientes relatam que em situações escolares e sociais o que mais preocupa é como as pessoas enxergam a deficiência. Outro ponto levantando aborda novamente a falta de preparo e interesse dos professores em ensinar o aluno com deficiência, demonstrando despreparo principalmente das instituições regulares. E um terceiro e último ponto é sobre a falta de auxílio oferecido pelos colegas e a dificuldade de relacionamento.

Aspectos voltados para a formação e capacitação dos docentes são novamente comentados, além do despreparo das instituições de ensino para receber educandos deficientes visuais ou com qualquer outro tipo de deficiência.

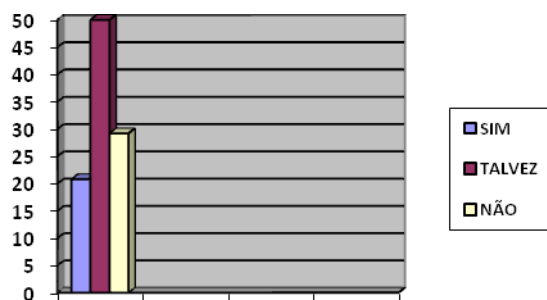
Confirmando novamente a fala anterior, a autora (Golin, 2001) dia que a preparação de jovens deficientes visuais é prejudicada pela falta de livros publicados em Braile, falta de recursos e tecnologias. Raros são os professores que sabem Braile e muitos não se sentem preparados para ensinar um aluno com deficiência visual dentro da sala de aula.

É preciso se colocar do lugar do outro não para imaginar como é ser deficiente visual, mas sim colocar-se no lugar do outro para elaborar possibilidades de melhoria na qualidade de vida daquele indivíduo.

Ao não se acreditar na capacidade de aprender dos sujeitos com deficiência, não são proporcionadas condições que possam superar as suas dificuldades. (Nuernberg, 2008).

Caso os entrevistados recebessem na sua sala um aluno com deficiente visual, perguntamos se sentiriam preparados para recebê-lo, de todos os participantes apenas um não respondeu a pergunta. Cinco estudantes (20,8%) se sentiriam seguros para ter em sua sala de aula um aluno deficiente visual, porém doze estudantes (50%) não possuem certeza se teriam preparo e sete (29,2%) não se sentiram seguros para receber um educando deficiente visual.

CASO RECEBESSE NA SUA SALA UM ALUNO COM DEFICIENTE VISUAL, SE SENTIRIA PREPADO (A) PARA RECEBÊ-LO?



(Gráfico 6)

Nos casos respondidos com “NÃO”, houve justificativa de quatro participantes:

(P1) “*Pois não tive uma formação específica para este público*”.

(P2) “*Pela má formação*”.

(P3) “*Acredito que nunca estamos realmente preparados, mas também não acredito que isso seja um impedimento, o aprendizado também é do professor e aos poucos e com estudos o professor pode se preparar ao receber o aluno. Não é dever de o professor estar preparado para receber todos os alunos e todas as deficiências, mas é possível aprender aos poucos*”.

(P4) *“Não fui preparada durante a formação inicial, não sei como mediar o processo de ensino e aprendizagem com deficientes visuais”.*

A insegurança da maioria dos estudantes de Pedagogia está relacionada à sua formação, mas como diz o (P3): *“Não é dever de o professor estar preparado para receber todos os alunos e todas as deficiências, mas é possível aprender aos poucos”.*

Professores, tanto os atuam na educação especial quanto os que não, ambos concordam que educar um aluno com deficiência visual requer criatividade, conhecimento e trabalho em equipe dos educadores que estão envolvidos nesse processo (de Oliveira; Biz e Freire, 2002).

Não é possível sabermos tudo sobre todos os tipos de assunto, a vontade de querer auxiliar o seu aluno é que faz toda a diferença, a necessidade de ter que aprender um pouco mais sobre aquela situação que lhe está sendo apresentada é que mobilizará o educador.

O educador precisa estar ciente das variáveis que interferem no processo de ensino e aprendizagem e motivação para continuar a desempenhar as atividades. (Nabais; Martins; Monteiro; e Galheira, 1996)

Como comentamos anteriormente no capítulo I “Acessibilidade”, a responsabilidade não deve ser focada só no professor, diretores e coordenadores também devem estar a par da situação, promovendo atitudes positivas por meio do envolvimento da comunidade e possibilitando cursos e programas de aperfeiçoando profissional aos professores para que estes estejam capacitados para trabalhar com educandos deficientes visuais.

A formação deve ser fornecida a todos os estudantes de Pedagogia que pretendem atuar na área da educação especial inclusiva e, com orientações acerca das deficiências, preparando os futuros educadores para exercerem sua profissão com autonomia e aplicar suas habilidades dentro de sala de aula.

O segredo para o sucesso da educação inclusiva e do ensino especial é a preparação e a formação dos profissionais da educação, dos futuros pedagogos. Além disso, é fundamental a alocação de recursos para a implantação das reformas necessárias.

A acessibilidade também deve estar aberta aos educadores com deficiência e não apenas ao educando. Deve ser levado em consideração formação de professores especiais com a intenção de lhe proporcionar um ambiente confortável de trabalho, acessível (Declaração de Salamanca, 1994).

O trabalho do educador é mais do que ensinar conteúdos básicos aos seus educandos. É preciso que o educador se sensibilize para efetuar um trabalho pleno e de qualidade.

Apesar das dificuldades enfrentadas pelos professores dentro de sala de aula na tentativa de proporcionar uma educação de qualidade ao educando deficiente visual, perguntamos aos estudantes se eles conheciam algum deficiente visual que cursou ou está cursando a educação superior, doze participantes (48%) conhecem algum deficiente visual que cursou ou está cursando o ensino superior, porem treze (52%) não possuem nenhum conhecimento sobre esse dado.

VOCÊ CONHECE ALGUM DEFICIENTE VISUAL QUE CURSOU OU ESTÁ CURSANDO A EDUCAÇÃO SUPERIOR?



(Gráfico 7)

Mesmo com uma diferença muito pequena na porcentagem, ainda há muitas pessoas que desconhecem deficientes visuais que tenham alcançado o superior, porem a maioria prevalece, onde 52% dos entrevistados conheceram ou conhecem algum deficiente visual que cursou ou está cursando o ensino superior. Embora sejam notadas dificuldades no ensino de deficientes visuais, podemos perceber que estão sendo capazes de alcançar o ensino superior mesmo com poucos professores especializados ministrando as aulas.

Como foi comentado no capítulo II, concordamos que se uma pessoa não tem acesso a uma educação básica de qualidade, suas dificuldades de acesso ao ensino superior serão maiores do que os demais que possuíram uma educação de qualidade ou pelo menos atendendo aos requisitos mínimos (Almeida, 2002).

O educando com deficiência visual deve ter acesso a um ensino preparatório desde a educação infantil que irá proporcionar a possibilidade de seguir adiante nos anos seguintes na escola até alcançar a educação superior.

O Correio (2005) publica uma reportagem sobre a dificuldade que os deficientes visuais têm para se formar. Um jovem relata que sabia que não seria fácil:

Quando entrou na faculdade, Renato Lara Júnior, 29 anos, sabia que não seria fácil. Desde criança, Juninho, como é conhecido entre os amigos, não enxerga nada, mas nem por isso deixa de fazer tudo. A força de vontade e o apoio dos pais foram essenciais quando decidiu que não deixaria o curso de Comunicação Social. (Correiosweb, 05 set. 2005)

No relato o estudante diz que até a mãe ficava com ele dentro de sala para a realização da transcrição dos textos para o Braille. Hoje em dia ele é jornalista de uma empresa de assessoria de imprensa e sonha em trabalhar na rádio.

As pessoas reconhecem e sabem que sou tão capaz quanto qualquer outra pessoa. [...] Prefiro fazer minhas entrevistas para matérias por telefone, pois quando as pessoas sabem que sou cego perdem toda a credibilidade (em mim). (Correiosweb, 05 set. 2005)

A declaração do jovem acima é a prova concreta que é possível sim uma pessoa com deficiência visual se formar na educação superior e que apesar dos preconceitos das pessoas, pela falta de crença na capacidade, ele está no mercado de trabalho, ativo e almeja ir muito mais longe.

A Coordenação Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde), vinculada à Secretaria Especial de Direito Humanos da Presidência da República, afirma que nos últimos anos, a inovação tecnológica trouxe algumas contribuições na área visual e tem facilitado a integração de deficientes em diversos setores, do entretenimento ao meio profissional, uma dessas novidades são os programas de voz que permitem pessoas cegas utilizarem o computador com um guia de voz, ativado em todos os comandos. O sistema operacional Dosvox é um exemplo brasileiro dessa tecnologia. Ele foi desenvolvido

pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pode ser adquirido de forma gratuita pela Internet (Correiosweb, 05 set. 2005).

Nos capítulos anteriores desse trabalho, menciono a utilização do Dosvox para pessoas com deficiência visual, e atualmente é a alternativa mais usada, principalmente para pessoas com pouco recurso financeiro, pois é um programa que pode ser baixado gratuitamente pela internet.

Dois institutos, o Benjamin Constant e a Dorina Nowill, produzem os livros e distribuem pelas escolas públicas nacionais. Desde 2003, a iniciativa se estendeu aos livros paradidáticos: contos, crônicas e alguns livros de ficção (Correiosweb, 05 set. 2005).

É uma iniciativa satisfatória, permitindo o acesso do estudante deficiente visual à educação sem nenhum custo, porque infelizmente a impressora Braille e a máquina de escrever são recursos muito caros e inacessíveis para grande parte da população e com certeza essa medida é um grande auxílio às pessoas menos favorecidas.

Através da análise das respostas dos participantes, conclui-se que a maioria

CAPÍTULO V

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral do estudo foi identificar se a formação dos estudantes do curso de Pedagogia contempla aprendizagens direcionadas para a educação de alunos com deficiência visual e como objetivo específico, verificar se o estudante de Pedagogia se sente preparado para receber um deficiente visual em sua sala de aula.

Foi elaborado um questionário de oito perguntas, sendo seis de resposta direta e duas abertas, distribuído para vinte e cinco estudantes da Faculdade de Educação, local de foco da pesquisa, composta por três prédios nomeados respectivamente de FE-1, FE-3 e FE-5.

A partir da análise dos dados qualitativos, o estudo chama a atenção para os aspectos principalmente voltados para a capacitação do professor, acesso a materiais didáticos adaptados e estrutura física da Faculdade de Educação, lócus da pesquisa. O embasamento teórico foi realizado utilizando conceitos de diversos autores que confirmavam os resultados das análises.

O autor que mais se destacou no embasamento teórico a respeito da formação dos profissionais da educação foi Rodrigues (2011) com grandes contribuições de Nabais, Martins, Monteiro, e Galheira (1996) e Jesus (2008) nas análises de resultados.

A motivação dessa pesquisa foi à experiência de um estágio supervisionado onde se atuava na sala regular, sala de recursos e na sala especial. Após presenciar a professora regente na sala regular tendo dificuldades e com falta de habilidades de trabalhar com o educando deficiente visual, foi percebida a necessidade de uma formação específica. Uma formação que fosse preparatória, que auxiliasse na compreensão da própria deficiência visual e com isso um melhor desempenho docente.

Rodrigues (2011) comenta, muitas áreas de ensino têm sido introduzidas nos ambientes escolares que desafiam as competências do professor que é chamado a ser proficiente no trabalho e no uso de estratégias interativas. Com isso, o autor afirma a

necessidade de uma formação especializada, o que auxilia o professor a perceber as especificidades dos seus alunos.

Jesus (2008) reafirma a necessidade de uma educação inclusiva e a formação continuada que é o suporte que constitui a formação dos profissionais da educação. A continuidade da formação é o fortalecimento da qualidade da educação dos alunos no seu conjunto, contribui para o desenvolvimento profissional docente, além de propiciar a construção de novas alternativas para um trabalho que abraça a diversidade.

Professores habilitados são responsáveis por uma educação de qualidade aos seus educandos. Quanto maior a particularidade do aluno, maior deve ser a nossa percepção para a heterogeneidade e criar um meio alternativo de ensino e aprendizagem.

Para Nabais; Martins; Monteiro e Galheira (1996) o papel de um bom educador para esses sujeitos implica num bom conhecimento a respeito da deficiência da pessoa, a aceitação e respeito por sua diferença, além dos outros fatores citados acima. Juntamente com a família, outros deficientes, amigos e a sociedade há que se trabalhar a sua capacitação, sua força de vontade, dentre outros que auxiliem no preparo para o processo de escolha se de um curso de nível superior ou de uma carreira profissional.

O autor Rodrigues (2011) ainda ressalta que ambientes criativos são os mais adequados quando se quer ensinar futuros professores a promover a criatividade nos seus futuros alunos, pois aprender por meio de estratégias, de metodologias, de climas de aprendizagens e de técnicas, tudo próximo a atividade profissional que irá exercer, é uma ferramenta eficiente para a formação de professores.

Compartilha-se da mesma ideia dos autores. Um ambiente diferenciado, diversificado possibilita visualizar novas perspectivas de ensino e novos métodos de aprendizagem que podem ser aperfeiçoados conhecendo mais sobre a deficiência do seu aluno.

O educador precisa estar ciente das variáveis que interferem no processo de ensino e aprendizagem e motivação para continuar a desempenhar as atividades. (Nabais; Martins; Monteiro; e Galheira, 1996)

A respeito da formação dos estudantes, o curso não proporciona capacitação profissional para a deficiência visual, grande parte dos estudantes não se sentem preparados

para trabalhar com educandos deficientes visuais devido a falta de segurança e preparo para essa educação especializada. Com isso, a maioria não saberia como lidar com um educando DV dentro de sala de aula.

Os professores não atuam sozinhos, precisam dos gestores institucionais para o desenvolvimento e a prática do projeto de uma Faculdade acessível á todos. Ter conhecimento da deficiência facilita o educador a auxiliar o educando no seu desempenho e na sua vida social.

O foco deve ser de formar profissionais investigadores capazes de, na dinâmica teoria-prática, construir uma outra lógica de ensino, criando cidadãos autocríticos, comprometidos em promover melhores condições de ensino. (Jesus, 2008)

Oliveira, Biz e Freire (2002) foram essenciais nas discussões a respeito da inclusão de educandos deficientes visuais e exposição de recursos didáticos direcionados para esses alunos.

Os aspectos relacionados à acessibilidade foram associados, em grande parte das respostas, ao acesso físico ou estrutura arquitetônica, porém alguns entrevistados comentaram a falta de material didático adaptado e sinalizações em Braille. De fato, embora a Faculdade possua rampas, não são encontrados corrimões e pisos táteis para facilitar a localização do deficiente visual, mas é possível encontrar algumas placas na FE-3 com a escrita em Braille.

Precisamos optar por atividades e disciplinas que despertem a curiosidade e o interesse dos estudantes de Pedagogia para que se interessem pela educação especial inclusiva e deve haver disponibilidade de material adequado para a realização completa da atividade.

Um aspecto essencial para o melhoramento da pratica docente são os recursos didáticos. Materiais adaptados costumam ser mais caros que os materiais convencionais e não são todas as famílias que possuem recursos suficientes para pagar por esse material e a Faculdade às vezes por falta de disponibilidade de recurso financeiro suficiente também não consegue o fornecimento dos recursos necessários. Além dos materiais didáticos, também mencionam a falta de recursos adaptados, como placas de localização em Braille e outros tipos de sinalizações.

O processo de ensino de uma pessoa deficiente visual é amplo e complexo. É extremamente necessário que essa pessoa tenha o apoio do mediador que a ensine a utilizar todos os recursos adaptados para deficientes visuais. O trabalho desenvolvido na Faculdade não é um trabalho isolado, é preciso contar com a participação da família que deve estar ciente de todas as possibilidades, e tornando aquele estudante o mais independente possível dos seus familiares e amigos para que em um momento que precise ficar sozinho, tenha plena capacidade de exercer a sua autonomia.

Algumas pessoas não têm conhecimento sobre o que é a deficiência visual, as dificuldades causadas por essa limitação e os obstáculos a serem superados tanto no meio social quanto no ambiente universitário. Outro fato a ser destacado é que tanto as Faculdades quanto os professores não estão preparados para receber os educandos com deficiência visual e nem para dar suporte na formação especializada. O ambiente universitário precisa de adaptações das estruturas físicas e todos os professores e membros da Faculdade deveriam ter conhecimento sobre as limitações desse educandos para auxiliar o desenvolvimento destes.

É preciso que todos façam parte da educação deste educando e é também um trabalho voltado para os próprios educandos para que eles se sintam acolhidos e possam interferir na metodologia aplicada a eles.

Não é possível construir um sistema educativo mais inclusivo se não tivermos em conta o papel que cada contexto local tem, por exemplo, a sociedade, a cultura, a economia, o habitat, etc, como geradores de exclusão ou inclusão. (Rodrigues, 2011)

Para o educando com deficiência estar efetivamente incluído necessita de clareza sobre as situações concretas de convívio, clareza sobre a própria ação, o deficiente deve ter clareza sobre si próprio e nós a respeito da concepção das pessoas com deficiência, as instituições de ensino devem ter pelo aluno com deficiência nas classes, devemos crer nas possibilidades de um estudante deficiente e exigências sobre as ações que realiza. (Masini; Bazon, 2011)

O importante é encontrar uma maneira com novos caminhos e novas alternativas para minimizar as dificuldades e limitações impostas pela deficiência visual, estimular o interesse pela escrita e leitura do educando cego ou com baixa visão, utilizando técnicas adequadas que proporcionem mais rapidez e menor fadiga, melhorando a compreensão do texto trabalhado.

Em uma classe especial, sala de recursos de uma escola comum ou centros de apoio devem contar com profissionais e professores especializados. (LORA, 2001)

Devemos preparar os futuros pedagogos, deficientes ou não, para adquirir competência para exercer uma profissão e de alcançar maturidade social para conquistar um espaço no mundo do trabalho é um desafio que exige soluções diferenciadas e inovadoras, e o papel das escolas e instituições é fundamental para que possam conseguir enfrentar e obter êxitos no seu desempenho escolar, além de propiciar uma Faculdade habilidade para receber alunos deficientes visuais.

REFERENCIAS

ABNT NBR 9050:2004, *Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*, 2004. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_24.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2012.

Abrindo os olhos dos educadores para inclusão escolar dos alunos com deficiência visual. Belo Horizonte. [19--]. Disponível em: <http://www.bancodeescola.com/educador.htm>. Acesso em: 27 jun. 2011.

ALMEIDA, Maria da Glória de Souza. *Alfabetização: Uma reflexão necessária*. Disponível em: <<http://www.ibr.gov.br/?itemid=394>>. Acesso em 05 de nov. 2012.

ALMEIDA, Maria da Glória de Souza. *Fundamentos da alfabetização: uma construção sobre quatro pilares*. Nosso Meios - RBC, 2002.

BARBOSA, Luciane Maria Molina. *A "Cela" Braille*. Disponível em: <<http://www.brailu.com>> Acesso em: 05 jan. 2013.

BAZON, Fernanda; MASINI, Elcie. *A Inclusão de Estudantes com Deficiência, no Ensino Superior*. Psicologia da Educação / n.20. 2011.

BORGES, Livia de Oliveira; MELO, Simone. *A Transição da Universidade ao Mercado de Trabalho na Ótica do Jovem*. Psicologia Ciência E Profissão, 2007.

BRASIL, *Decreto nº 5296 de 2 de dezembro de 2004*. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá

outras providências.. Brasília, 2 de dezembro de 2004; 183^o da Independência e 116^o da República.

BRASIL. *Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil*. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

BRASIL, *Lei n^o 10.098 de 19 de dezembro de 2000*. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 19 de dezembro de 2000; 179^o da Independência e 112^o da República.

BRASIL, *Decreto n^o 5.296 de 2 de dezembro de 2004*. Regulamenta as Leis n^{os} 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2 de dezembro de 2004; 183^o da Independência e 116^o da República.

BRASIL, *Decreto n^o 3.298, de 20 de dezembro de 1999*. Regulamenta a Lei n^o 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília, 20 de dezembro de 1999; 178^o da Independência e 111^o da República.

CARVALHO, Joyce. *Livro propõe metodologia para de ensino para cegos*. Disponível em: <http://www.parana-online.com.br/editoria/cidades/news/179171/>. Acesso em: 08 de fev. 2013.

CONSTANT, R. Benj. *O criador do sistema Braille*. Ano 5. n. 12. P. 25-26. Rio de Janeiro. Junho/1999

CORREIOSWEB, *Deficientes visuais lutam para concluir o ensino superior*, 2005. Disponível em: <<http://www.secom.unb.br/unbclipping/cp050905-01.htm>>. Acesso em: 08 ago. 2012.

Gabriela R. V. Costa, Izabel M. M. de L. Maior e Niusarete M. de Lima. *Acessibilidade no Brasil: Uma Visão Histórica*. ATIID 2005 – III Seminário e II Oficinas “Acessibilidade, TI e Inclusão Digital” USP/Faculdade de Saúde Pública, São Paulo-SP, 05 a 06 set. 2005.

DECLARAÇÃO de Salamanca. *Sobre os princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais*. Espanha: Salamanca, 1994.

EDUCAÇÃO, Faculdade de. *FE na UnB*. Disponível em : <<http://www.fe.unb.br/institucional/historico/fe-na-unb>>. Acesso em: 24 fev. 2013.

ESPERANÇA, Fabiano Boghossian. *O que é o Sorobã*. Disponível em: <<http://intervox.nce.ufrj.br/~fabiano/soroba.htm>>. Acesso em: 30 jan. 2013.

FULNI-Ô, Amazonir. *Deficientes visuais terão novo laboratório de tecnologia em 2011*. Da Secretaria de Comunicação da UnB, 2010. Disponível em: <<http://www.unb.br/noticias/unbagencia/unbagencia.php?id=4165>>. Acesso em: 01 fev. 2013.

GHANEM , Emir Amin. *Conjuntivite*. Disponível em: <<http://www.sadalla.com.br/pt/doencas?gclid=COi5pfDEy7UCFQjNnAodcT0A-A#conjuntivite>>. Acesso em 22 fev. 2013.

GAZO-FIGUERA, P. *La Inserción del Universitario en el Mercado de Trabajo*. Barcelona: EUB, 1996.

GIL, Antônio Carlos. *Metodologia do Ensino Superior*. Editora Atlas, 1994.

GOLIN, Andréa Feller. *Perspectivas de trabalho para pessoas portadoras de deficiência visual*. Disponível em: http://www.deps.ufsc.br/disciplinas/fialho/ergcog/trab_alunos/T2001A/Artigos/AndreaGolin.doc. Acesso em: 23 dez. 2012.

GONTIJO, Cynthia Rúbia Braga Gontijo. *A Relação Pedagogia – Profissão de Mulher: Desafio Atual para a Prática e a Formação De Educadoras*. Disponível em: <http://www.faced.ufu.br/nephe/images/arq-ind-nome/eixo3/completos/a-relacao-pedagogica.pdf>>. Acesso em: 07 fev. 2013.

INFORMAL, Dicionário. *Oftalmia*. Disponível em: <http://www.dicionarioinformal.com.br/oftalmia/>>. Acesso em 22 fev. 2013.

JESUS, Denise Meyrelles de. *Formação de Professores para Inclusão Escolar: Instituído um Lugar de Conhecimento*. J.M. Editora & Comercial Ltda. Junqueira&Marin Editores. Rua Voluntários da Pátria. Araraquara- SP.

JUNIOR, Janary. *Escola pública poderá ter sala para deficientes visuais*. Agência Câmara de Notícias, Brasília, 9 de janeiro de 2008. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/ASSISTENCIA-SOCIAL/116257-ESCOLA-PUBLICA-PODERA-TER-SALA-PARA-DEFICIENTES-VISUAIS.html>> Acesso em: 27 de junho de 2012.

PALMA, Luciana Erina. *A inclusão de alunos com deficiência em escolas públicas e em aulas de Educação Física: um diagnóstico*. Revista Digital. Buenos Aires, n.139, 2009. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd139/inclusao-de-alunos-com-deficiencia-em-educacao-fisica.htm>>. Acesso em: 26 de junho de 2012.

LIMA, Claudia Regina Uchôa de. *Acessibilidade tecnológica e pedagógica na apropriação das tecnologias da informação e comunicação por pessoas com necessidade educacionais*

especiais. Claudia Regina Uchôa de Lima – 2003. 186 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFRGS, Porto Alegre.

LORA, Tomázia Dirce Peres. *Alfabetização da Pessoa Cega*. Faculdade de Educação da USP – Depto de Filosofia da Educação e Ciências da Educação. São Paulo. Texto retirado do livro ANAIS DO I SIMPÓSIO BRASILEIRO SOBRE O SISTEMA BRAILLE, realizado pela Secretaria da Educação Especial/MEC, Salvador – Bahia, de 12 a 14 de setembro de 2001.

MARGULIS, M. Juventud: una Aproximación Conceptual. In: Donas, S. (org.). *Adolescencia y Juventud en América Latina*. Cartago: Livro Universitário Regional, 2001, pp. 41-56.

MOURA, Giovana Raquel de e PEDRO, Eva Néri Rubim. *Adolescentes portadores de deficiência visual: percepções sobre sexualidade*. V. 14, n. 2, Ribeirão Preto. Março/Abril 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692006000200011&lng=es&nrm=iso> Acesso em: 7 abril 2012

NABAIS, Marcia Lopes de Moraes; MARTINS, Carmen Lucia Alves; MONTEIRO, Margarida Aguiar & GALHEIRA, Waldemar Gonçalves. *Estudo profissiográfico: o encaminhamento do deficiente visual ao mercado de trabalho*. Disponível em: http://200.156.28.7/Nucleus/media/common/Nossos_Meios_RBC_RevAbr2000_ARTIGO2.RTF. Acesso em 10 de jan. 2012.

NUERNBERG, Adriano Henrique. *Contribuições de Vigotski para a educação de pessoas com deficiência visual*. V. 13, n. 2, Maringá. Abril/Junho 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-3722008000200013&script=sci_arttext&tlng=e>. Acesso em: 5 abril 2012.

OLIVEIRA, Fátima Inês Wolf de; BIZ, Vanessa Aparecida e FREIRE, Maisa. *Processo de inclusão de alunos deficientes visuais na rede regular de ensino: confecção e utilização de recursos didáticos adaptados*. Marília. 2002. Disponível em:

<<http://www.unesp.br/prograd/PDFNE2003/Processo%20de%20inclusao%20de%20alunos%20deficientes%20visuais.pdf>> Acesso em: 6 abril 2012.

RODRIGUES, David. *Educação Inclusiva: Dos Conceitos às Práticas de Formação*. Instituto Piaget. Lisboa, 2011.

SANCHIS, E. *Da Escola ao Desemprego*. Rio de Janeiro: Agir, 1997.

SANT'ANA, Izabella Mendes. *Educação Inclusiva: Concepções de Professores e Diretores*. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 10, n. 2, p. 227-234, mai./ago. 2005

SANTOS, Niédja Ferreira dos. *Gênero e o curso de pedagogia da ufpb: como está sendo Feito esse debate?*. Universidade Federal da Paraíba-UFPB, 2009. Disponível em: <<http://itaporanga.net/genero/gt7/1.pdf>>. Acesso em: 07 fev. 2013.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Conceito de acessibilidade*. Disponível em: <<http://www.escoladegente.org.br/noticiaDestaque.php?id=459>>. Acesso em 23 ago. 2012.

SILVA, Edna Lúcia da e MENEZES, Estera Muszkat. *Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação. 3ª edição revisada e atualizada*. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Laboratório de Ensino a Distância. 2001. 121 páginas.

TERENCE, Ana Cláudia Fernandes e FILHO, Edmundo Escrivão. *Abordagem quantitativa, qualitativa e a utilização da pesquisa-ação nos estudos organizacionais*. XXVI ENEGEP - Fortaleza, CE, Brasil, 9 a 11 de Outubro de 2006.

_____. *Plano Nacional de Educação*. PNE nº 10.172. Brasília: Senado Federal, 2001.

ANEXO



APÊNDICE

Questionário – DA Educação do Deficiente Visual no Ensino Superior A Formação dos Estudantes de Pedagogia

Este questionário faz parte do projeto de pesquisa para a elaboração do meu Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia, orientado pela professora Dra. Teresa Cristina S. Cerqueira. Tem por objetivo analisar o ponto de vista dos estudantes de pedagogia da Faculdade de Educação a respeito sobre como percebem os educandos deficientes visuais e o acesso desses indivíduos ao ensino superior. Além de averiguar se a Faculdade de Educação está preparada para receber estudantes deficientes visuais. Informamos que todas as respostas não serão identificadas, pois está preservado o anonimato e o sigilo de acordo com a ética da pesquisa científica.

Agradeço antecipadamente a colaboração em responder a este questionário e coloque-me à disposição para informar e apresentar os resultados da pesquisa a partir de abril de 2013 no seguinte e-mail: jessicamorrone@hotmail.com.

Atenciosamente,

Jéssica Morrone O. Paes e

Teresa Cristina S. Cerqueira

Sexo:

- Feminino
- Masculino

Idade:

- De 18 a 22 anos
- De 23 a 26 anos
- De 27 a 30 anos

Qual semestre está cursando?

- Entre o 1º e o 3º semestre
- Entre o 4º e o 6º semestre:
- Entre o 7º e o 8º semestre:

A sua formação contempla a aprendizagem direcionada para a educação de alunos deficientes visuais?

- SIM
- NÃO

Você acredita que a Faculdade de Educação está preparada para receber educandos deficientes visuais?

- SIM
- NÃO

Em caso negativo, justifique:**Você acredita que é possível uma pessoa com deficiente visual alcançar o ensino superior?**

- SIM
- NÃO

Caso recebesse na sua sala um aluno com deficiente visual, se sentiria preparado (a) para recebê-lo?

- SIM
- TALVEZ
- NÃO

Em caso negativo, justifique:

Você conhece algum deficiente visual que cursou ou está cursando a educação superior?

- SIM
- NÃO

PARTE III
PERSPECTIVA DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL
EM BUSCA DO MEU SONHO

EM BUSCA DO MEU SONHO

A escolha de ser pedagoga, eu digo que não foi minha, foi uma escolha da vida. A pedagogia me escolheu e fui encaminhada para a educação especial inclusiva.

Depois do encerramento das atividades do último semestre pretendo me mudar temporariamente para o Rio de Janeiro com o propósito de realizar cursos de especialização na área da deficiência visual.

Já tenho a previsão do meu primeiro curso “Iniciação ao Sistema Braille” que será realizado no Instituto Benjamin Constant (IBC) com duração de três meses.

Em junho tenho a intenção de fazer um pequeno curso de aspectos educacionais na surdocegueira e arte em educação, também no Instituto.

A partir do mesmo de julho, pretendo estudar o Sorobã – Metodologia: Menor valor Relativo, oferecido pelo IBC.

No mês de agosto pretendo dar início ao curso “Orientação e Mobilidade”, disponibilizado pelo instituto e finalmente em dezembro, eu tenho a intenção de realizar outro curso, porém na área de estimulação precoce.

Além de todos os cursos, tenho a pretensão de passar no cargo público de professor de ensino básico técnico e tecnológico/educação infantil no Instituto Benjamin Constant (IBC) ou cargo de professor temporário no mesmo estabelecimento.